

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Rio de Janeiro, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, modificada pela IN TCU 73/2013, da DN TCU Nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações constantes da Portaria CGU nº 133/2013.

Rio de Janeiro, 2014.

# SUMÁRIO

## I - INTRODUÇÃO

### 1. Identificação e atributos da UJ

- 1.1 Relatório de Gestão Individual
- 1.2 Finalidade e competências institucionais
- 1.3 Organograma funcional
- 1.4 Macroprocessos finalísticos
- 1.5 Macroprocessos de apoio
- 1.6 Principais parceiros

## II – DESENVOLVIMENTO

### 2. Planejamento da unidade e resultados alcançados

- 2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional
  - 2.1.1 Período de abrangência do PDI
  - 2.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais
  - 2.1.3 Vinculação do PDI com o PPA
    - 2.1.3.1 Programas temáticos
    - 2.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado
  - 2.1.4 Contexto de planejamento estratégico
  - 2.1.5 Objetivos estratégicos do PDI e Plano de Ação para 2013
  - 2.1.6 Estratégias de atuação
  - 2.1.7 Execução do Plano de Ação
- 2.2 Programação e execução orçamentária e financeira
  - 2.2.1 Programa temático
  - 2.2.2 Objetivo
  - 2.2.3 Ações
    - 2.2.3.1 Ações OFSS
    - 2.2.3.2 Ações/Subtítulos OFSS
    - 2.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar não processados OFSS
    - 2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI
    - 2.2.3.5 Análise situacional
- 2.3 Outros resultados da gestão: Indicadores institucionais finalísticos

### 3. Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

### 4. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira

- 4.1 Execução das despesas
  - 4.1.1 Programação
    - 4.1.1.1 Análise crítica
  - 4.1.2 Movimentação de crédito interna e externa
  - 4.1.3 Realização da despesa

- 4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total
- 4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ
- 4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total
- 4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – executados diretamente pela UJ
- 4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação
- 4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação
- 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa
- 4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos
  - 4.2.1 Análise crítica
- 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
  - 4.3.1 Análise crítica
- 4.4 Transferências de recursos
  - 4.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício
  - 4.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios
  - 4.4.3 Informações sobre a prestação de contas relativa aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse
  - 4.4.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse
  - 4.4.5 Análise crítica
- 4.5 Suprimentos de fundos
  - 4.5.1 Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo
  - 4.5.2 Suprimento de fundos – conta tipo “B”
  - 4.5.3 Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)
  - 4.5.4 Prestações de contas de suprimentos de fundos
  - 4.5.5 Análise crítica

## **5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados**

- 5.1 Estrutura de pessoal da unidade
  - 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade
    - 5.1.1.1 Lotação
    - 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada
  - 5.1.2 Qualificação da força de trabalho
    - 5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções
    - 5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade
    - 5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade
  - 5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

- 5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas
  - 5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria
  - 5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada
- 5.1.5 Cadastramento no SISAC
  - 5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC
  - 5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU
  - 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC
  - 5.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico
- 5.1.6 Acumulação indevidas de cargos, funções e empregos públicos
- 5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos
- 5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos
- 5.2 Terceirização de mão de obra empregada e estagiários
  - 5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão
  - 5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados
  - 5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada
  - 5.2.4 Informação sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
  - 5.2.5 Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4
  - 5.2.6 Composição do quadro de estagiários

## **6. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário**

- 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros
- 6.2 Gestão do patrimônio imobiliário
  - 6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial
  - 6.2.2 Distribuição dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional
  - 6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

## **7. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento**

- 7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)
  - 7.1.1 Análise crítica

## **8. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental**

- 8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis
- 8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

## **9. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas**

- 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão TCU
  - 9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício
  - 9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

- 9.2 Tratamento de recomendações do OCI
  - 9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício
  - 9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
- 9.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna
- 9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93
  - 9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93
- 9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário
- 9.6 Alimentação SIASG e SICONV

## **10. Relacionamento com a sociedade**

## **11. Informações contábeis**

- 11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público
- 11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis
  - 11.2.1 Declaração com ressalva

## **12. Outras informações sobre a gestão**

# **III – RESULTADOS E CONCLUSÕES**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

CAP – Colégio de Aplicação (INES)  
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez  
CGU – Controladoria-Geral da União  
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)  
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)  
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)  
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)  
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)  
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)  
DINFO – Divisão de Informática (INES)  
DN – Decisão Normativa  
D.O.U. – Diário Oficial da União  
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União  
IN – Instrução Normativa  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira  
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
MEC – Ministério da Educação  
Port. – Portaria  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
RG – Relatório de Gestão  
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)  
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)  
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UJ – Unidade Jurisdicionada

## LISTA DE QUADROS

<b>Item</b>	<b>Localização (Capítulo / Item ou Anexo)</b>
Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada	Capítulo I - Introdução
Quadro II – Parcerias de cooperação técnico-científica	Capítulo II – Desenvolvimento / Item 12 Outros resultados da gestão
Quadro III – Atendimento à comunidade em saúde auditiva em 2013	Anexo I – Demonstração de resultados da gestão
Quadro IV – Capacitação de profissionais para a educação bilíngue de surdos em 2013	idem
Quadro V – Distribuição de materiais de apoio aos sistemas de ensino na educação de surdos em 2013	idem
Quadro VI – Visualizações da TV INES de abril a dezembro de 2013	idem
Quadro VII – Vídeos mais vistos da TV INES de abril a dezembro de 2013	idem
Quadro VIII – Repercussão da TV INES em redes sociais	idem
Quadro IX - Exame Nacional Prolibras: inscritos por região	idem
Quadro X – Exame Nacional Prolibras: índice de aprovação por habilitação e região	idem



## I - INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2013. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e suas dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda.

Nesse período, em que o Instituto conduziu o segundo dos cinco anos de implementação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016, alcançamos a quase totalidade das metas estabelecidas. Os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais.

Nos termos do Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, resultados da gestão ao longo de 2013 encontram-se demonstrados no Anexo I deste Relatório.

Na esfera de Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

No campo de **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, o INES reforçou seu papel no cenário das políticas educacionais brasileiras. O Instituto encaminhou ao Senado propostas ao Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação que foram contempladas na versão final do texto. Além disso, realizou o II Encontro dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, de todo o Brasil, visando mapear demandas, efetivar parcerias e acompanhar as políticas públicas relacionadas à surdez. Em 2013, o INES foi chamado a integrar Grupo de Trabalho Ministerial que elabora subsídios para a Política Nacional de Educação Bilíngue. Por fim, o Instituto participou da etapa estadual da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, em defesa da educação bilíngue para surdos, e participará da etapa nacional.

No campo da **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, o Curso Bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado pelo INES, já reconhecido em avaliação oficial, manteve a oferta de 60 vagas, todas preenchidas, destacando-se o esforço de divulgação em espaços acadêmicos, nos sistemas públicos de ensino, nos movimentos surdos e nas redes sociais, que se refletiu no maior número de candidatos (300) desde a abertura do Curso, em 2006. No processo seletivo, foi observada a Lei 12.711/12, a chamada Lei de Cotas. Além disso, em 2013 houve avanços (construção de projeto pedagógico, lançamento de edital de concurso público) na perspectiva de que em 2014 seja oferecido o primeiro Curso de Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial, que alcançará 12 polos em todo o Brasil, com 360 alunos surdos e ouvintes, com recursos do *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite* (Decreto nº 7.612/2011), da Presidência da República. Foi também concluída uma edição e lançada uma nova do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu sobre Educação Bilíngue.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, foi mantido o patamar esperado de matrículas no CAP-INES de cerca de 500 alunos. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, destacaram-se, de um lado, as parcerias – que incluem o Programa *Jovem Aprendiz* e o Sistema S (SENAC e SENAI) e capacitaram (Eletricista e Assistente Administrativo) e inseriram 39 pessoas surdas – e o alto índice de conclusão nos cursos ministrados: 83%. O Colégio passou a contar, em seu quadro de servidores, com Tradutores e Intérpretes de Libras; Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – Libras e Assistentes de Alunos, todos aprovados em concurso público.

No campo da **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados 8.532 procedimentos, em atendimento a 581 alunos do INES e 3.506 pessoas da comunidade. Houve 2.198 atendimentos a crianças (da comunidade e do INES), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola; 377 pessoas foram atendidas visando assegurar acesso ao transporte público gratuito; e 587 atendimentos visavam acesso e permanência de jovens e adultos surdos no trabalho. Conforme planejado, foram preenchidas 14 vagas na área de Saúde por meio de concurso público.

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 3.509 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por meio de ações do Instituto, incluindo 27 assessorias técnicas em 11 Estados do País. Houve 53 pesquisas cadastradas em desenvolvimento, 11 internas e 42 externas. O Curso de Libras presencial, a partir de 2013 com professores surdos concursados, alcançou 703 participantes ao longo do ano, 48% deles da área da educação. Em abril de 2013, foi lançada a TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil, com um quadro de apresentadores Surdos e de Intérpretes, que pode ser acessada tanto pela Internet quanto por meio de aplicativos para celulares e tablets, e teve, de abril a dezembro de 2013, quase 120 mil visualizações. Por fim, em 2013 o INES conduziu a realização da 6ª edição do Exame Nacional ProLibras, que bateu recorde com 7.120 pessoas inscritas, surdas e ouvintes.

Na esfera de Macroprocessos de Apoio, que denominamos **Gestão Institucional**, foi realizado concurso público que possibilitou a substituição de 56 terceirizados. Iniciou-se a implementação do Plano Anual de Capacitação – PAC INES e de seu Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. As licitações realizadas pelo Instituto têm observado critérios ambientais e de sustentabilidade. A parceria INES - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / Rede COMEP, que viabilizou novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps, potencializou a utilização e a acessibilidade do portal INES, renovado e relançado em 2013 – que veicula conteúdos em vídeos para o público surdo – e favorecerá a realização de cursos a distância para o Brasil, em especial o Curso de Pedagogia Bilíngue do Programa *Viver sem Limite*. Encontram-se em funcionamento regular a Ouvidoria do Servidor e o Serviço de Informação ao Cidadão. Nos termos do instrumento de Cooperação Técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, foi implantado e se encontra em funcionamento o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

Abaixo, discriminamos os itens da norma que **não se aplicam** à natureza da Unidade Jurisdicionada, com a correspondente justificativa:

#### Quadro I – Itens da Norma que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada

Item da norma	Justificativa
Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.1.1.2, A.1.1.3 e A.1.1.4	Nos termos do art. 5º da IN 63/2010, o Relatório do INES é Individual por envolver uma única Unidade Jurisdicionada.
Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.2.2.1, A.2.2.2, A.2.2.3.1, A.2.2.3.2, A.2.2.3.3, A.2.2.3.4	Esta Unidade Jurisdicionada não tem sob sua responsabilidade Programa Temático ou Programa de Gestão e Manutenção.
Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.3.3.2, A.3.3.3 e A.3.3.4	A abrangência desse item da Norma são as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União, nos termos da Lei.
Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.4.6.1.1, A.4.6.2.1, A.4.6.2.2, A.4.6.2.3, A.4.6.2.4.1, A.4.6.2.4.2, A.4.6.2.5.1, A.4.6.2.5.2, A.4.6.2.6, A.4.6.2.7, A.4.6.2.8, A.4.6.2.9, A.4.6.2.11	Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.
Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.4.7.1 e A.4.7.2	A abrangência desse item, nos termos da Lei, são as Unidades Jurisdicionadas do Poder Judiciário Federal responsáveis pela gestão e pagamento de precatórios.
Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.6.3	O INES não dispõe de bens imóveis de uso especial locados de terceiros.
Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros A.11.5.1 e A.11.5.2	O INES é órgão específico e singular da estrutura do Ministério da Educação e como tal não se constitui em “entidade investida” ou “investidora”.
Parte B do Anexo II da DN 127/2013 – conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de	A abrangência da Norma são as Unidades vinculadas à Justiça Eleitoral.

unidades afins - Parte B, item 1, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros B.1.1 a B.1.12	
Parte B, item 4, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadros B.4.1 a B.4.5	A abrangência da Norma é a seguinte: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO).
Parte B, item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadro B.6.3	A abrangência da Norma é de IFES que mantenham contrato com Fundação de Apoio, e esse não é o caso do INES.
Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadros B.7.1 e B.7.2	A Norma abrange Instituições Federais de Educação Tecnológica, o que o INES não é.
Parte B, item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadros B.8.1 e B.8.2	A Norma abrange Instituições Federais de Pesquisa Científica e Tecnológica – ICT, categoria em que o INES não está inserido.
Parte B, item 11, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadros B.11.1 e B.11.2	A abrangência da Norma é a seguinte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações (BNDESPar) e Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).
Parte B, item 15, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadro B.15.1	A Norma abrange órgãos e entidades que executam acordos de cooperação internacional, com a contratação de consultores na modalidade “Produto”, o que o INES não realiza.
Parte B, item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadros B.16.1 e B.16.2	A Norma abrange a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Parte B, item 17, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadro B.17.1	A abrangência da Norma é a Agência Nacional de Cinema – Ancine.
Parte B, item 18, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadro B.18.1	A abrangência da Norma são as Unidades jurisdicionadas que tenham como incumbência a supervisão da execução de contratos de gestão em que unidade da administração pública federal seja uma das partes signatárias.
Parte B, item 27, do Anexo II da DN TCU Nº 127/2013: Quadro B.27.1	A abrangência da Norma é o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Parte B, item 34, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros B.34.1 a B.34.13	Unidades que sejam signatárias de contrato de gestão que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.637/98, e cuja vigência tenha abrangido, no todo ou em parte, o exercício de referência do relatório de gestão.
Parte B, item 35, do Anexo II da DN TCU nº 127/2013: Quadros B.35.1 a B.35.6	Unidades que tenham firmado termo de parceria que envolva repasse de recursos públicos à entidade parceira, especialmente os regidos pela Lei 9.790/99.

Fonte: Gabinete da Direção Geral do INES.

Os itens da norma para os quais **não houve ocorrência** no exercício de 2013 foram:

- Ações não previstas na LOA – restos a pagar não processados OFSS;
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos;
- Estagiários remunerados (houve apenas estágio curricular);
- Danos ao erário;
- Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU;
- Prestação de contas de convênios e contratos de repasse;
- Suprimento de fundos (seja conta tipo “B” ou CPGF);
- Imóveis funcionais da União sob a responsabilidade do INES;
- Bens imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade do INES.

# 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ

## 1.1 Relatório de Gestão Individual

### Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação Abreviada: INES			
Código SIORG: 252		Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.445/0273-01	
Principal Atividade: Educação superior - graduação		Código CNAE: 8531-7/00	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285 5107	(21) 2285 78546	(21) 2285 7592
Endereço Eletrônico: <a href="mailto:dirge@ines.gov.br">dirge@ines.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.ines.gov.br">http://www.ines.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-003			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2012 a 2016. Tais documentos de planejamento estratégico foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES e encaminhados ao Senhor Ministro de Estado da Educação.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
152005		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
00001		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

## 1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;
- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;

- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser examinado é o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

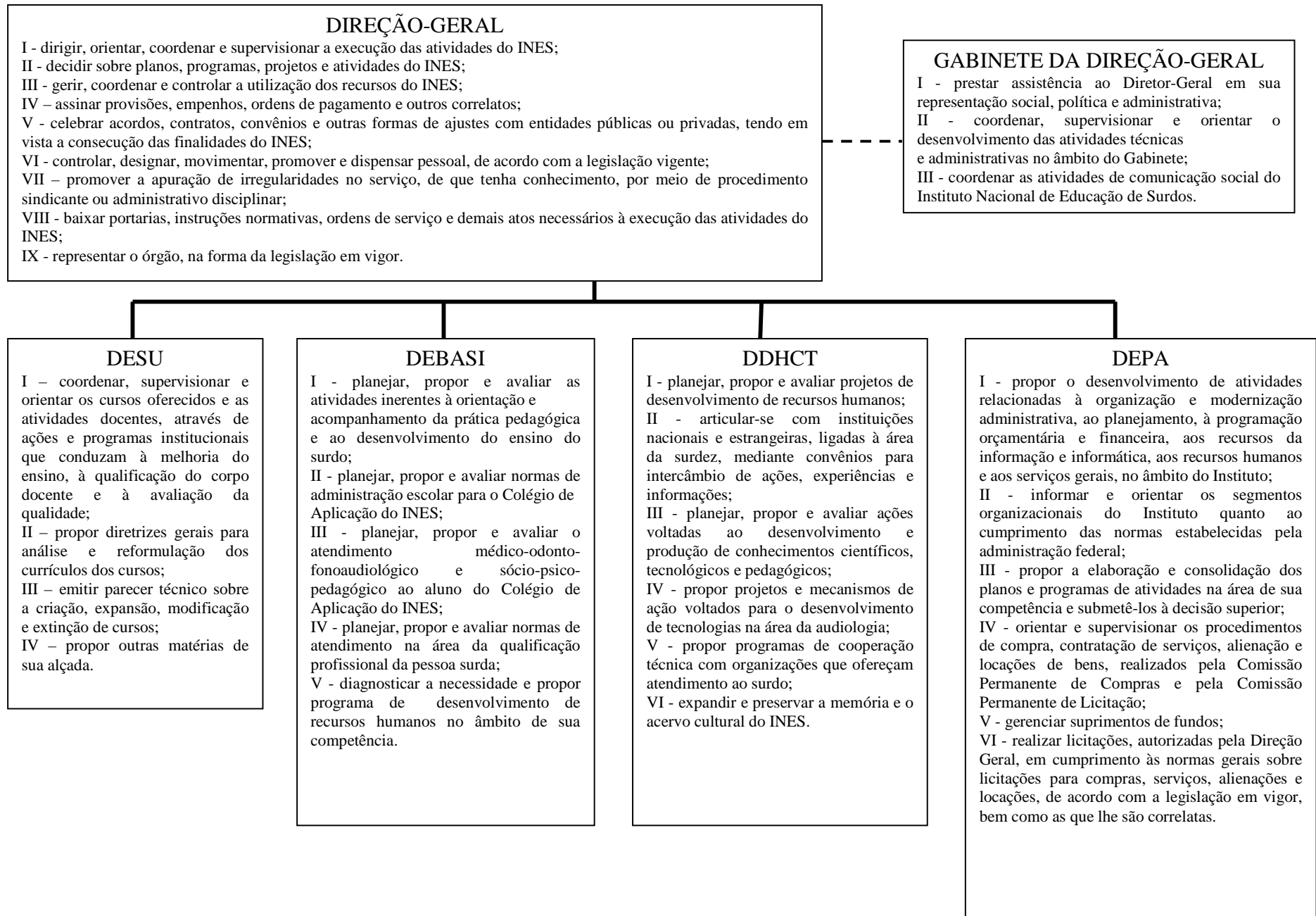
Nos termos do art. 35 do Decreto 7.690/12, são **competências do INES**:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;

- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.



### 1.3 Organograma funcional – competências e atribuições



## **1.4 Macroprocessos finalísticos**

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

### **1.4.1 Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**

- 1.4.1.1 Processo *Formulação de Políticas Públicas*
- 1.4.1.2 Processo *Gestão do Desenvolvimento Institucional*
- 1.4.1.3 Processo *Gestão das Relações Institucionais*

### **1.4.2 Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão**

- 1.4.2.1 Processo *Ensino de Graduação*: curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura
- 1.4.2.2 Processo *Ensino de Pós-Graduação*: curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue
- 1.4.2.3 Processo *Pesquisa*: manutenção de grupos de pesquisa
- 1.4.2.4 Processo *Extensão*: oferta de cursos à comunidade

### **1.4.3 Educação Básica: Colégio de Aplicação**

- 1.4.3.1 Processo *Escolarização*: oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) a alunos surdos
- 1.4.3.2 Processo *Preparação para o Trabalho e Geração de Renda e Encaminhamento Profissional*

### **1.4.4 Saúde, Surdez e Educação**

- 1.4.4.1 Processo *Ações Preventivas, Diagnósticas e Terapêuticas Relacionadas à Saúde Auditiva, abertas à Comunidade*
- 1.4.4.2 Processo *Construção de Conhecimento em Saúde Auditiva*

### **1.4.5 Gestão do Conhecimento**

- 1.4.5.1 Processo *Desenvolvimento e Distribuição de Materiais de Apoio à Educação de Surdos*
- 1.4.5.2 Processo *Produção Editorial na Área da Surdez*
- 1.4.5.3 Processo *Cooperação Técnica com Estados e Municípios Brasileiros na Área da Surdez*
- 1.4.5.4 Processo *Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras*

### **1.4.6 Macroprocesso de apoio: Gestão Institucional**

- 1.4.6.1 Processo *Programação e Execução Orçamentária e Financeira*
- 1.4.6.2 Processo *Gestão de Pessoas*
- 1.4.6.3 Processo *Gestão de Suporte Técnico e Operacional*

1.4.6.4 Processo *Compras e Contratação de Bens e Serviços*

1.4.6.5 Processo *Gestão de Tecnologia da Informação*

## **1.5 Principais parceiros**

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Ministério da Educação – MEC
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Saúde – MS
- Instituto Benjamin Constant - IBC
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- No Programa *Viver sem Limite* (Presidência da República / Ministério da Educação), para a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial: Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Grande Dourados; Instituto Federal de Goiás; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba)
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro) - INEPAC
- Secretaria Municipal de Educação de Niterói-RJ
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro – TRF1
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Rede COMEP.

## **II – DESENVOLVIMENTO**

### **2. Planejamento da unidade**

#### **2.1 Plano de Desenvolvimento Institucional**

Ao longo de 2011, o INES construiu coletivamente um Plano de Desenvolvimento Institucional, que foi aprovado por unanimidade em Reunião Extraordinária aberta do 7º Conselho Diretor do Instituto, no dia 18 de novembro de 2011. Sua publicação deu-se na Portaria INES nº 306/2012, Boletim de Serviço 11/2012.

### 2.1.1 Período de abrangência do PDI

O PDI INES abarca o período de 2012 a 2016.

### 2.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

No PDI INES 2012-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sociojurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Os 23 objetivos e 136 metas do PDI estão estreitamente vinculados às competências regimentais do Instituto, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Estimulação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;
- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
  - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;
  - Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
  - Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;
  - Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
  - Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

### 2.1.3 Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que institui o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, inclui entre as diretrizes desse documento que orienta as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”.

O documento *Dimensão Tática: Programas Temáticos*<sup>1</sup>, relativo ao PPA 2012-2015, põe em relevo aspectos que dialogam com as vertentes da missão deste Instituto.

Em primeiro lugar, o texto diz que os objetivos da **Educação Básica** de formar “indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” e de “contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes” não podem ser alcançados, sem que a educação seja norteadada pelos “princípios da **equidade**, da **valorização da diversidade**, dos **direitos humanos** (...) da garantia de padrão de qualidade, da **acessibilidade**, da **igualdade de condições** para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de **pessoa com deficiência**”. [*grifo nosso*]

Em segundo lugar, o documento faz menção à **Educação Superior**. Realça que “um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, mas lembra que “a expansão da oferta **em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos** populacionais é um importante instrumento de inclusão social”. [*grifo nosso*]

E conclui que “outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem **condições de acesso à educação superior para todos**, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”. [*grifo nosso*]

### 2.1.3.1 Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES, no PPA 2012-2015, podem ser compreendidas no âmbito do Programa Temático 2030 – Educação Básica, no qual a ação que lhe cabe é a 2030.20RI.26104.0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

Com base no Anexo I da Lei 11.593 de 2012, transcrevemos Objetivos, Metas e Iniciativas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira o INES participa de sua efetivação.

#### **Programa 2030 - Educação Básica:**

**“OBJETIVO 0598** - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.”

*Comentário: Esse objetivo inclui tanto a **Iniciativa 02BY do PPA**, de “manutenção das instituições federais de educação básica” (como o INES, com seu Colégio de Aplicação) quanto a **Meta do PPA** de “elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência”, para a qual colabora a ação do INES de cooperação técnica com as redes regulares de ensino de Estados e Municípios, e também a produção e envio de materiais de*

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp\\_004\\_dimensao\\_tatico\\_sociais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf) Acesso em 06 dezembro 2012.

*orientação e apoio, bem como o apoio à **Iniciativa 02C1 do PPA**, relativa ao “acesso à rede mundial de computadores, a equipamentos e recursos tecnológicos digitais”, visando à “utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação”, o que vem sendo feito desde 2012 com o projeto de acesso a tablets por parte do corpo docente e discente do Colégio de Aplicação do Instituto.*

Além disso, o INES também ajuda a efetivar outros Objetivos contemplados no Programa 2030:

**“OBJETIVO 0596** - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.”

**“OBJETIVO 0597** - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.”

***Comentário:** Esses objetivos contemplam tanto a escolarização básica - ofertada no Colégio de Aplicação do INES – quanto a **Iniciativa 02BQ do PPA**, relativa à “formação inicial e continuada, presencial e a distância”, que inclui a “formação para docência intercultural” e para a “educação bilíngue”, algo que o Departamento de Ensino Superior do INES realiza com o curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura e com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue.*

A análise detalhada do PPA 2012-2015 indica que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **outros Programas Temáticos do PPA vinculados ao MEC**. Igualmente, para fins didáticos, transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

#### **Programa 2031 Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação):**

**“OBJETIVO 0582** - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.”

***Comentário:** O INES tem realizado nos últimos anos parcerias com o Sistema S que têm viabilizado a participação de pessoas surdas em cursos certificados de Educação Profissional, e isso também efetiva meta do Plano Nacional de Educação.*

#### **Programa 2032 – Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão:**

**“OBJETIVO 0841** - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.”

**Comentário:** No PPA, para esse Objetivo, incluem-se as **Metas** de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior” e de “ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020”, bem como as correspondentes **Iniciativas 03GA**, de promover acesso, permanência e sucesso na educação superior considerando “as especificidades das pessoas com deficiência”, e **03GD**, de promover “a pesquisa e a extensão” e garantir “condições de acessibilidade”. Todas essas metas e iniciativas são contempladas na Educação Superior do INES, e efetivam também metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.

Por fim, cabe registrar que a análise do PPA mostra que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **Programas Temáticos do PPA vinculados a outros Ministérios**. Novamente transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

#### **Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (Ministério do Trabalho e Emprego):**

**“OBJETIVO: 0869** - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.”

**Comentário:** O INES realiza ações em 5 (cinco) frentes que concorrem para a promoção do Trabalho Decente:

- *Termo de Adesão entre INES e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua modalidade Bolsa-Formação, prevê participação prioritária de pessoas com deficiência;*
- *cursos de preparação para o trabalho e para a geração de renda;*
- *cadastramento e encaminhamento profissional de pessoas surdas;*
- *parcerias com instituições da rede regular de educação profissional, com vistas em acesso, permanência e formação profissional de pessoas surdas;*
- *diagnóstico clínico de surdez como um dos meios de viabilizar a participação de pessoas surdas em processos de habilitação e reabilitação profissional, bem como seu acesso ao mundo do trabalho via contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho.*

#### **Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde):**

**“OBJETIVO: 0713** - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.”

*Comentário: O INES atua em consonância com a **Iniciativa 02PR do PPA - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência**, especificamente segundo a diretriz prevista para a “atenção básica” no Art. 3º da Portaria MS nº 2.073 de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: ‘realizar ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, da prevenção e da identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar.’ Todas essas atividades são realizadas pelas Divisões de Audiologia e de Fonoaudiologia do INES.*

### **2.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado**

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

### **2.1.4 Contexto de planejamento estratégico**

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 7.690, de 2012 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, nos termos do Plano Nacional de Educação proposto pelo Executivo Federal – atualmente Projeto de Lei 8.035-B, de 2010, em tramitação no Congresso Nacional:

#### **“META**

**4:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **ESTRATÉGIAS**

**4.5:** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso e a permanência na escola dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva;



**4.6:** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua, aos(às) alunos(as) surdos e deficientes auditivos de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e dos arts. 24 e 30 da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema *Braille* de leitura para cegos e surdos-cegos;

**4.8:** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolares, dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas no estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

**4.9:** Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**4.10:** Estimular a continuidade da escolarização dos(as) alunos(as) com deficiência na educação de jovens e adultos, de forma a assegurar a educação ao longo da vida, observadas suas necessidades e especificidades;

**4.11:** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores(as) de Libras, prioritariamente surdos e professores(as) bilíngues;

**4.12:** Definir, no 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento aos(às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

## **META**

**11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

## **ESTRATÉGIA**

**11.6:** ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

## **META**

**12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

## **ESTRATÉGIA**

**12.5:** ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.”

### 2.1.5 Objetivos estratégicos e Plano de Ação para 2013

Com base no PDI INES 2012-2016 e considerados os termos do Plano Nacional de Educação explicitados no item 2.1.4, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES para 2012 seguem delineados por área de abrangência.

#### Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngüe (LIBRAS e Português);</p>	<p>* Elaborar, em 2013, um texto propositivo aos debates sobre o Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, em audiências públicas e demais eventos;</p> <p>* Apoiar, a partir de em 2013, a realização de pesquisas sobre surdez e políticas públicas no Brasil.</p>
<p>III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sociojurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez;</p>	
<p>IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.</p>	<p>* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES;</p> <p>* Criar em 2012 um Núcleo de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a linguistas e outros dedicados ao tema;</p> <p>* Realizar anualmente, até 2015, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.</p>
<p>VI – Fortalecer e legitimar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez</p>	<p>* Reavaliar e redefinir, em 2012, a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com os novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;</p>

## Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngüe, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngüe de Graduação em Pedagogia;</li> <li>* Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso Bilíngüe de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais;</li> <li>* Promover a realização de concurso público para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngüe de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão;</li> <li>* Aperfeiçoar o modelo de Edital de Concurso Público para o magistério superior, na perspectiva de valorizar a experiência de trabalho com surdos e o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais;</li> <li>* Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo, em 2014, um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado);</li> <li>* Construir uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;</li> <li>* Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas;</li> <li>* Promover – com recursos do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República – e coordenar pedagógica e administrativamente a realização de um Curso de Pedagogia Bilíngüe, na modalidade Semipresencial / Educação a Distância (EAD), com 360 vagas ofertadas, sendo 60 para o INES e 300 para dez polos nas cinco regiões do Brasil – 30 vagas por polo – sendo 50 % do total de vagas reservadas para candidatos surdos.</li> </ul>
<p>IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir um documento de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos.</li> <li>* Criar Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.</li> </ul>
<p>X – Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Definir, ao longo de 2013, uma Política de Extensão da Instituição, em sintonia com as novas demandas e também com os novos marcos organizacionais do Instituto.</li> </ul>

## Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas;</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>* Aperfeiçoar o modelo de Edital de Concurso Público para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorizar a experiência de trabalho com surdos e o conhecimento da LIBRAS;</li><li>* Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem;</li><li>* Ampliar o quadro de profissionais, por meio da realização de concurso público, incluindo um mínimo de 21 (vinte e um) intérpretes de LIBRAS, 43 (quarenta e três) professores com nível superior (Pedagogia, Licenciatura Plena) com proficiência em LIBRAS;</li><li>* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;</li><li>* Desvincular o atendimento fonoaudiológico da matriz curricular da Educação Básica;</li><li>* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica;</li><li>* Construir um quadro de indicadores de qualidade da Educação Básica do INES que inclua, entre outros aspectos, o nível de proficiência em LIBRAS do docente;</li><li>* Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico- culturais e tecnológicas do mundo moderno;</li><li>* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o Pronatec;</li><li>* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica;</li><li>* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;</li><li>* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).</li></ul>

## Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;</li><li>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;</li><li>* Definir as atribuições, o perfil e o quantitativo necessário dos profissionais da área clínica e demandar novos concursos públicos para: assistente social; psicólogo; técnico em assuntos educacionais; audiologista (mínimo de 10 profissionais); fonoaudiólogo; médico otorrinolaringologista; odontólogo; terapeuta ocupacional; nutricionista; fisioterapeuta, etc.;</li><li>* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015;</li><li>* Institucionalizar, até 2013, o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;</li><li>* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiolgia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento;</li><li>* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento;</li><li>* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social.</li><li>* Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento;</li><li>* Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear;</li><li>* Elaborar um Termo de Referência e efetuar a licitação com vistas a contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.</li></ul>

## Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
<p>XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir um documento de Política Editorial que consiga:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos sociais e de cidadania das pessoas surdas;</li> <li>- orientar a implantação de um sistema de intercâmbio;</li> <li>- qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial;</li> <li>- ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>;</li> </ul> </li> <li>* Elaborar e distribuir a partir de 2013 materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos;</li> <li>* Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</li> <li>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</li> </ul>
<p>XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</li> <li>* Efetivar, a partir de 2013, um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</li> <li>* Realizar, anualmente, eventos como Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, Seminários (incluindo Grêmios Estudantil do INES), Encontros de Pais, etc.</li> </ul>
<p>XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Elaborar, negociar e implantar, em 2013, um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</li> <li>* Criar, até 2014, um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;</li> <li>* Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas;</li> <li>* Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as</li> </ul>

	famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	<p>* Construir e publicar um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do INES;</p> <p>* Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;</p>
XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;	* Lançar, em 2013, uma Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.
XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	<p>* Estruturar a área de educação a distância no INES;</p> <p>* Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a distância;</p>

## Gestão Institucional

<b>Objetivos Estratégicos (PDI)</b>	<b>Plano de Ação</b>
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<p>* Publicar, em 2013, o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES, que definirá as diretrizes e ações para o desenvolvimento dos servidores do INES, nos termos da legislação e normativas vigentes, tendo como referência o Plano Plurianual e como norte a melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo;</p> <p>* Realizar, em 2013, um mapeamento das competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto;</p> <p>* Fazer, a partir de 2013, um diagnóstico do perfil de formação e qualificação</p>

	da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências;
XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p>
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>* Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;</p> <p>* Disponibilizar a nova página do INES na internet, observados os critérios de acessibilidade definidos para os órgãos da administração pública federal.</p>
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.	<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- do bom atendimento ao cidadão;</li> <li>- da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;</li> <li>- da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;</li> <li>- da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.</li> </ul>

## 2.2 Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – foram fruto de um processo de discussão e construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

A divulgação deu-se por meio de: apresentações abertas no auditório do INES; envio das versões do texto à representação dos diferentes segmentos representados no Conselho Diretor do Instituto para



compartilhamento com os pares e defesa do texto final em reunião aberta do Conselho Diretor. Após sua aprovação naquela Instância, por unanimidade, o documento foi divulgado via Intranet.

No início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES, bem como a Assessoria da Direção Geral, apresentam a toda a comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados. Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2013, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação em políticas públicas e gestão;
- b) realização de concursos públicos;
- c) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- d) realização de eventos;
- e) realização de cursos regulares e cursos livres;
- f) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- g) cooperação técnica com entes federados;
- h) participação de servidores em eventos de capacitação;
- i) criação de comissões *ad hoc*
- j) criação de condições estruturais para a oferta de educação a distância;
- k) criação de um veículo de comunicação bilíngue acessível a pessoas surdas e ouvintes (Web TV).

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

<b>Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos</b>	<b>Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados</b>
a) O debate sobre o Plano Nacional de Educação ensejava um risco para o Instituto, no sentido de que na redação original a atuação educativa de instituições especializadas não contemplava a ação do INES, deixando-o fora do contexto de planejamento estratégico do Ministério onde se insere.	O Instituto articulou-se com o movimento social dos surdos e teve participação bem sucedida na etapa estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2014, alcançando a aprovação de todas as propostas relacionadas à educação bilíngue para surdos. Em sintonia com tal articulação, encaminhou ao Senado propostas para o Plano Nacional de Educação que, em linhas gerais, foram contempladas no texto final.
b) Havia significativo déficit, na força de trabalho, em diversas áreas fundamentais para os Objetivos Estratégicos, como Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Na Educação Superior, o risco relaciona-se ao reduzido número de professores efetivos no quadro e ao compromisso do INES de conduzir um curso de Pedagogia na modalidade a	Com a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, e após negociações em Brasília, o INES obteve a autorização para provimento de vagas. Foram publicados dois editais de concursos públicos: nº 09/2012 e nº 29/2013. Pelo primeiro, foram aprovados e nomeados 22 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Pelo segundo Edital, encontra-se em andamento concurso público por

distância para todo o Brasil; na Educação Básica, o risco relaciona-se ao grande número de docentes em vias de se aposentar.	meio do qual serão providas 40 vagas para o Magistério Superior e 41 vagas para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
c) Incapacidade da atual instalação elétrica do Instituto de atender com eficácia e segurança às necessidades de todos os setores, com risco de mau funcionamento ou desligamento de equipamentos.	Em 2013, foram iniciados procedimentos para a instalação de uma nova subestação de energia elétrica para atender às necessidades de todo o Instituto.
d) A falta de Tradutores e Intérpretes Libras / Língua Portuguesa efetivos para a Educação Básica e a Educação Superior levava ao risco de interrupção das atividades letivas, uma vez que a instituição estava (e está) submetida ao imperativo de substituir integralmente os terceirizados.	Nos termos do Edital nº 9/2012, foram providas por meio de concurso público 28 vagas de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, e nos termos do Edital nº 29/2012, encontra-se em andamento o concurso público que proverá 36 vagas para esse cargo.
e) A baixíssima velocidade do link de Internet do INES inviabilizaria em pouco tempo as medidas de promoção de acessibilidade no Portal do Instituto, bem como a execução dos Objetivos Estratégicos relacionados à educação a distância (ministrar curso de graduação para 10 polos em diferentes regiões do Brasil).	Parceria entre o INES, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e as Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / RedeComep viabilizou um novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps (o anterior era de 6Mbps), validado em 2013. Com isso, foi lançado o novo portal do INES, e se tornará possível a realização de cursos a distância para todo o Brasil a partir de 2014.
f) As condições estruturais do edifício e mobiliário que abrigavam a Biblioteca do Instituto colocavam em risco o valioso acervo, considerado de referência na área da surdez.	Encontra-se em andamento a reforma e restauro do edifício da Biblioteca INES.
g) O fato de muitos profissionais das áreas de Audiologia e Fonoaudiologia estarem próximos de sua aposentadoria sinalizou o risco de descontinuidade do elevado número de atendimentos que o INES oferta nesse campo à comunidade e a seus alunos.	Nos termos do Edital nº 09/2012, foram providas 8 vagas de Audiologia e Fonoaudiologia, e nos termos do Edital nº 29/2013, encontra-se em andamento concurso público que proverá 1 vaga de médico com especialidade em otorrinolaringologia (esse profissional subscreve os laudos dos atendimentos ofertados à comunidade).

## 2.3 Execução do Plano de Ação

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

### Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Construir texto propositivo ao Plano Nacional de Educação.	* Foram elaboradas propostas, encaminhadas ao Senado e, em linhas gerais, contempladas no texto final. O INES também assegurou, por meio da articulação com o movimento social surdo, a aprovação de propostas na Conferência Nacional de Educação CONAE 2014.	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras.
* Apoiar pesquisas.	* Foram constituídos 6 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior;  * Foi apoiado o desenvolvimento de 53 pesquisas (11 internas e 42 externas) cadastradas na Divisão de Estudos e Pesquisas do INES;  * Iniciou-se a implantação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio, que abarcam o apoio institucional a ações de capacitação de longo prazo;  * Em 2013, foi encaminhada à consideração da Direção Geral e do Conselho Diretor minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto.  * Também no ano de 2013, o Instituto ampliou seus laços de cooperação internacional em sintonia com a política nacional de relações exteriores: realizamos visita técnica ao Instituto de Surdos Jacob Rodrigues, em Portugal, e os profissionais portugueses	-x-	O prosseguimento da oferta de pós-graduação Lato Sensu e a realização das pesquisas impulsionam a construção, a partir de 2014, de uma proposta de programa de estudos pós-graduados em nível de Mestrado.

	<p>participaram de nosso Congresso Internacional. Nesse mesmo evento, participaram representantes de países da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, e na ocasião foi firmada a <i>Carta do Rio de Janeiro: Plurilinguismo nos Países de Língua Portuguesa: Línguas de Sinais e Gestuais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</i>, documento que defende a educação bilíngue de surdos.</p>		
<p>* Subsidiar a formulação de políticas públicas.</p>	<p>* Realizado o II Encontro do INES com os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Participaram 54 (trinta e três) representantes de 17 Centros de todas as regiões brasileiras (24 Estados), visando mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à surdez.</p> <p>* Portarias Ministeriais designaram o INES como membro do Grupo de Trabalho que já elaborou subsídios à formulação da Política Nacional de Educação Bilíngue – Libras – Língua Portuguesa.</p>	-x-	<p>* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas e educacionais relacionadas às comunidades surdas.</p>
<p>* Matricular anualmente 600 pessoas com curso de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de Certificação Pró-LIBRAS.</p>	<p>* O INES alcançou a matrícula de mais de 700 pessoas em cursos presenciais de LIBRAS ao longo de 2013.</p> <p>* Em 2013, prosseguiu o funcionamento de um Núcleo dedicado ao Estudo da LIBRAS, formado por surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia.</p> <p>* Em 2013, o INES realizou a sexta edição do Exame Nacional Prolibras, que contou com mais de 7.000 candidatos inscritos de todo o Brasil. Foram adotadas medidas estruturantes visando à realização da sétima edição do Prolibras em 2014.</p> <p>* O INES promoveu uma exposição de Artes Plásticas</p>	-x-	<p>* O INES consolidou-se em seu papel de referência na valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais e das produções culturais das comunidades surdas.</p>

	com produções realizadas por surdos.		
* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados.	<p>* Em 2013, foi construída uma minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto, que se encontra em análise por parte da Direção Geral e será submetida ao Conselho Diretor do INES.</p> <p>* Em 2013, o INES iniciou a implantação de seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que contemplam também o apoio a estudos pós-graduados.</p>	-x-	* Em 2014, deverá estar aprovada a Política Editorial do Instituto, e também deverá estar designado o Comitê de Ética em Pesquisa.

### Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia;</p> <p>* Aperfeiçoar modelo de Edital de concurso, valorizando a Libras e a experiência em educação de surdos;</p>	<p>* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação.</p> <p>* Em 2013, com base no Edital nº 09/2012 (que valoriza o conhecimento da Libras e a experiência em educação de surdos), o INES conseguiu prover 23 vagas para o cargo de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.</p> <p>* Em 2013, foi publicado o Edital nº 29/2013, que também valoriza o conhecimento de Libras e a experiência em educação de surdos. O concurso público aberto por esse Edital encontra-se em andamento e proverá 40 vagas para o Magistério Superior.</p>	Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de Libras / Português e consultoria de professor surdo.	O sucesso na implementação da graduação a da pós-graduação Lato Sensu – mesmo consideradas as grandes dificuldades enfrentadas pela escassez de Docentes efetivos, de Intérpretes e de Técnicos Administrativos, bem como de suporte em TI para gestão acadêmica – credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i> , da Presidência da República, conduzir um novo curso de graduação em Pedagogia bilíngue na modalidade semipresencial, para 10 polos em diferentes regiões brasileiras, alcançando 360 alunos, surdos e não-surdos. Ao mesmo tempo, o Instituto, ao acumular experiência bem sucedida na oferta de pós-graduação Lato Sensu, credencia-se para, a partir de 2014, conforme Objetivo Estratégico do PDI, construir programa de pós-graduação Stricto

<p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p> <p>* Viabilizar a realização de um Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue semipresencial e a distância para todo o Brasil.</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>	<p>* Manteve-se a oferta de pós-graduação Lato Sensu, em Educação Bilíngue, com grande procura – 200 candidatos inscritos – e preenchimento de 40 vagas, sendo 20 delas reservadas a candidatos surdos.</p> <p>* Em 2013, realizou-se a Semana Pedagógica do INES, com 365 inscritos e 20 convidados externos.</p> <p>* Em 2013, o INES e as Universidades-Polo construíram, juntos, o projeto pedagógico do curso. Além disso, foi lançado o Edital que proverá as vagas necessárias à efetivação do curso nas áreas da docência superior e administrativa.</p> <p>* Em 2013, o INES trouxe a público o primeiro livro digital integralmente vertido para a Língua Brasileira de Sinais: a obra acadêmica <i>Linguagem e Cognição – As reflexões de L.Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem</i>, de Edwiges Maria Morato.</p>		<p>Sensu. Adicionalmente, o lançamento da primeira obra acadêmica em Libras por um centro de referência representa tecnologia social colocada à disposição da comunidade e do Poder Público na perspectiva de que novas iniciativas promovam a acessibilidade do aluno surdo aos conteúdos do Ensino Superior.</p>
<p>* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.</p>	<p>* Foram publicados documentos orientadores da atividade de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior (Normas e Política, respectivamente): Portarias INES nº 032 e nº 033, de 30 de janeiro de 2012, publicadas no Boletim de Serviço nº 1/2012.</p> <p>* Foram constituídos seis grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à LIBRAS.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Espera-se que os resultados das ações implementadas credenciem o INES a propor a criação de um programa de pós-graduação Stricto-Sensu a partir de 2014, que também constitui Objetivo Estratégico institucional.</p>
<p>* Definir uma política de extensão.</p>	<p>* Desde a publicação da Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão, foram ofertadas 7 atividades, entre cursos e oficinas, à comunidade.</p>	<p>* A ampliação da oferta de cursos demanda planejamento, bem como ampliação do quadro de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de</p>	<p>* Em 2014, haverá esforço de ampliar a oferta, inclusive a partir da constituição de uma estrutura para ações em EAD.</p>

		Sinais e também de Docentes efetivos. Em 2013, tomaram posse os primeiros Intérpretes efetivos do INES, e em 2014, ingressarão também docentes efetivos, bem como técnicos administrativos que se fazem necessários.	
--	--	--	--

### Educação Básica: Colégio de Aplicação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 500 alunos no CAP INES.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de LIBRAS.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Realizar projetos de inclusão digital com os alunos.</p> <p>* Estimular a</p>	<p>* Alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES.</p> <p>* O Concurso Público aberto por meio do Edital nº 09/2012 alcançou o provimento de 28 vagas de Tradutores e Intérpretes de Libras e de 22 professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – Língua Brasileira de Sinais. Isso fez com que o Instituto resolvesse definitivamente a pendência de substituição de terceirizados nesses campos.</p> <p>* Em 2013, foi formalizada a adesão do INES ao Pronatec / Viver sem Limite, com base em negociações com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Isso deverá viabilizar a inserção de alunos surdos em instituições de educação profissional.</p> <p>* Em 2013, foram disponibilizados tablets aos alunos do Colégio de Aplicação, o que tem dinamizado os processos de ensino e aprendizagem.</p> <p>* Em 2013, realizou-se uma mostra de Artes Plásticas com produções de alunos surdos.</p>	<p>* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente da Educação Básica, principalmente em face do número de professores próximos da aposentadoria. O concurso público aberto pelo Edital nº 29/2013 encontra-se em andamento, e proverá 41 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.</p>	<p>* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria a ser aprovada pelo Conselho Diretor.</p>

produção artística dos alunos.			
--------------------------------	--	--	--

## Saúde, Surdez e Educação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Realizar atendimento para diagnóstico.</p> <p>* Produzir materiais de orientação e apoio.</p> <p>* Definir perfil e quantitativo de profissionais em saúde para concurso.</p> <p>* Fazer com que profissionais de Saúde frequentem</p>	<p>* Realizados 8.532 procedimentos – anamnese, consulta inicial, audiometria tonal liminar, discriminação vocal incluindo limiar de recepção e detecção de fala, audiometria infantil, imitanciometria, emissão otoacústica, audiometria de tronco cerebral, indicação adaptação e ganho de aparelho, consulta por otorrinolaringologista – em atendimento a 4.087 pessoas da comunidade e alunos do INES, sendo 1.550 bebês para o Teste da Orelhinha e 1.067 crianças de até 12 anos.</p> <p>* Distribuído em evento internacional o DVD Implante Coclear: conhecendo a tecnologia, relacionado às ações nas áreas de audiologia e fonoaudiologia.</p> <p>* O Edital nº 09/2012 abriu concurso público por meio do qual foram providas 14 vagas na área de Saúde, a saber: Assistente Social (1); Enfermeiro (1); Fisioterapeuta (1); Fonoaudiologia (4); Fonoaudiologia – Audiologia (4); Nutricionista (1); Psicólogo (1); Terapeuta Ocupacional (1). O Edital nº 29/2013 abriu concurso público por meio do qual será provida também 1 vaga de Médico com especialidade em Otorrinolaringologia;</p> <p>* Profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p>	-x-	<p>* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos, assegurar espaços e equipamentos necessários, aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p>



<p>curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Disseminar conhecimento produzido na área.</p> <p>* Elaborar termo de referência para fornecimento de baterias para aparelho.</p>	<p>* A partir da efetivação de novos profissionais, será reestruturado em 2014 o atendimento em saúde a esse público do INES.</p> <p>* Profissionais da área da Saúde Auditiva do INES ministraram aulas na disciplina Aspectos Clínicos da Surdez, do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu sobre Educação Bilíngue, do Departamento de Ensino Superior do Instituto. Além disso, participaram de eventos nacionais e internacionais no campo da Audiologia, inclusive divulgando ações e materiais do Instituto, e realizaram assessorias técnicas. O Núcleo de Orientação e Saúde do Surdo – NOSS realizou ações de capacitação e atendimento a alunos (e seus familiares) do CAP INES e de disseminação de conhecimentos sobre a relação Saúde-Surdez em instituições de ensino superior (UERJ, UFF e UFRJ), bem como produção de material didático sobre aleitamento materno e sobre DST/AIDS.</p> <p>* Em 2013, foram adquiridas e disponibilizadas, 981 baterias a alunos do INES, garantindo desta forma o pleno funcionamento de seus aparelhos auditivos.</p>		
--	---	--	--

### Gestão do Conhecimento

<b>Síntese do Plano de Ação</b>	<b>Resultados das ações planejadas</b>	<b>Justificativas para não realização de ações</b>	<b>Impactos dos resultados em face dos objetivos</b>
<p>* Elaborar uma Política Editorial.</p>	<p>* Elaborado, no âmbito da Comissão Editorial designada, documento de Política Editorial do Instituto, que em 2014 será analisado pelo Conselho Diretor.</p>	<p>-x-</p>	<p>* A Política Editorial será analisada pelo Conselho Diretor em 2014.</p>

<p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>* Concluído e distribuído aos sistemas de ensino o DVD Interativo em Desenho Animado João e Maria (aquisição de Língua Portuguesa e LIBRAS).</p> <p>* Concluída e distribuída a versão de Livro em LIBRAS – <i>Linguagem e Cognição – As Reflexões de Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem</i>, de autoria de Edwiges M. Morato.</p> <p>* Concluída a produção do DVD Implante Coclear: conhecendo a tecnologia.</p> <p>* Replicado e distribuído aos sistemas de ensino DVD em Libras e Língua Portuguesa sobre DST/AIDS.</p> <p>* Em 12 de março de 2013, foi assinado Termo de Adesão ao Pronatec / Viver sem Limite. O processo de inserção de alunos surdos em instituições de educação profissional deverá ter início em 2014, suscitando o mapeamento das demandas terminológicas para a construção de um glossário de sinais correspondentes a termos técnicos.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS: Editais filmados de Concursos Públicos; resenhas filmadas de textos acadêmicos; spots para o Portal INES; normas de funcionamento do Colégio de Aplicação; registro de aulas, de eventos pedagógicos e de palestras; materiais para aulas da pós-graduação em Libras; material para assessoria técnica em matemática; produção de QR para revista Arqueiro (publicação técnica do INES), etc.</p>		
<p>* Realizar Congresso</p>	<p>* Realizados o XII Congresso Internacional e o</p>	<p>-x-</p>	<p>* O encontro com os CAS abre possibilidade</p>

<p>Pluridisciplinar.</p> <p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>XVIII Seminário Nacional, com <b>1.000</b> participantes de todo o Brasil e do exterior, destacando-se a presença de representantes de países da CPLP, que motivou a elaboração de documento conjunto.</p> <p>* Eventos realizados: Fórum Educação, Linguagem e Surdez: <b>540</b> participantes; XII Seminário do Grêmio Estudantil do INES e III Encontro Comemorativo do Dia Nacional do Surdo – 20 ANOS – Lutas, Conquistas e estratégias para o futuro: <b>150</b> participantes; VIII Encontro de Pais: <b>540</b> participantes.</p> <p>* Visitas técnicas: o Instituto recebeu <b>931</b> pessoas, entre profissionais e estudantes, de todo o Brasil e também dos seguintes países: <u>América</u>: Colômbia, Chile, México, Costa Rica e Estados Unidos; <u>Europa</u>: Portugal, França, Alemanha, Inglaterra; <u>Ásia</u>: Japão; <u>África</u>: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.</p>		<p>de ampliação da participação de surdos brasileiros no Pronatec / Viver sem Limite.</p>
<p>* Lançar, em 2013, uma Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.</p>	<p>* Em abril de 2013, foi lançada a TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil, com um quadro de apresentadores Surdos e de Intérpretes, que pode ser acessada tanto pela Internet quanto por meio de aplicativos para celulares e tablets, e teve, de abril a dezembro de 2013, quase 120 mil visualizações. O foco é a inclusão social por meio de uma programação acessível em língua brasileira de sinais e língua portuguesa, contemplando o direito à comunicação, à educação, à cultura e ao lazer de pessoas surdas. A grade inclui notícias, produções adaptadas para Libras, produções do INES com apresentadores surdos (incluindo curso básico de Libras), filmes nacionais com legendas, desenhos animados, etc.</p>		<p>* O lançamento da TV INES teve impacto na mídia e nas comunidades surdas. A perspectiva para os próximos anos é ampliar e qualificar o alcance: aplicativo para Smart TV; novos programas, incluindo um de entrevistas, um pedagógico; um voltado à participação de pessoas surdas nos esportes; uma revista eletrônica e um interprograma com sinais acadêmicos. O novo portal da TV INES deverá possibilitar, por exemplo, além da avaliação, comentários e compartilhamento de vídeos em redes sociais, o envio de vídeos pelo público.</p>
<p>* Criar sistema de</p>	<p>* Efetivadas <b>27</b> assessorias técnicas para</p>	<p>-x-</p>	<p>* Ainda se faz necessária a criação de um</p>

<p>informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.</p>	<p>municípios de <b>3</b> regiões do Brasil, alcançando <b>1.360</b> profissionais, na sua maioria ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com municípios, o INES passou a demandar que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Além de impulsionar o autoconhecimento dos municípios, ajudará o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais;</p> <p>* Realizado, no auditório do Instituto, o II Encontro do INES com os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Participaram <b>54</b> (cinquenta e quatro) representantes de Centros de todas as regiões brasileiras (<b>17</b> Estados), visando mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria (como a produção de conteúdos para a TV INES) e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à surdez.</p>		<p>sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.</p>
<p>* Redimensionar atuação da Biblioteca.</p> <p>* Reformar e</p>	<p>* Redimensionados os trabalhos da Biblioteca do INES, incluindo: atualização do cadastro de usuários; agendamento para a realização de pesquisas; organização do acesso a computadores; gerenciamento do acervo de periódicos, com atualização do serviço de permuta; participação das Bibliotecárias na Comissão Editorial do Instituto; informatização de todos os produtos e serviços, incluindo o serviço de referência virtual (atendimento via e-mail e redes sociais); comunicação em mídias diversas, contemplando igualmente o usuário surdo e atendimento bilíngue, com Bibliotecárias fluentes em LIBRAS;</p> <p>* Prossegue a reforma e restauro da Biblioteca do</p>	<p>-x-</p>	<p>* Em 2014, espera-se concluir a reforma da Biblioteca. O INES buscará autorização para novos concursos.</p>

<p>restaurar edifício que abriga a Biblioteca.</p> <p>* Ampliar quadro de profissionais especializados nas áreas de Informação e Memória.</p>	<p>INES.</p> <p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 9/2012, foi provida uma vaga para o cargo de Arquivista.</p>		
<p>* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.</p>	<p>* Em 2013, foi realizada uma Mostra de Artes Plásticas com produções de pessoas surdas.</p>	-x-	<p>* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.</p>
<p>* Estruturar a área de educação a distância.</p>	<p>* Em 2013, o INES realizou ações estruturantes para viabilizar a oferta, a partir de 2014, de um curso de graduação em Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial para 12 polos em todas as regiões do Brasil, definidos a partir dos critérios: (1) demanda de professores segundo quantidade de alunos surdos matriculados na educação infantil e primeiro segmento do EF (censo do IBGE 2010); (2) experiência da instituição com EAD; (3) experiência do coordenador de polo com ensino e pesquisa na área da surdez; (4) infraestrutura tecnológica do polo para acolher um curso de EAD; (5) facilidade de acesso para aulas presenciais nas instituições-polo. Além disso, foi construído coletivamente, com os coordenadores de polo, o projeto pedagógico do Curso. E foi aberto concurso público para docentes e equipe administrativa. Serão 360 vagas, metade delas destinadas a candidatos surdos. Nesse processo, a se iniciar em 2014, o Laboratório de Novas Tecnologias será utilizado para a filmagem de conteúdos didáticos. Por fim, registramos que foi feito termo de referência para aquisição de</p>	-x-	<p>* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.</p>

	<p>mobiliário e equipamentos e foi elaborado projeto para reforma e adequação arquitetônica do INES.</p> <p>* A Portaria INES nº 260, de 11 de outubro de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 10/2012, constituiu Comissão Responsável pelo gerenciamento da implementação da TV INES, dispositivos móveis e plataforma de educação a distância bilíngue para todo o território nacional.</p>		
--	--	--	--

### Gestão Institucional

<b>Síntese do Plano de Ação</b>	<b>Resultados das ações planejadas</b>	<b>Justificativas para não realização de ações</b>	<b>Impactos dos resultados em face dos objetivos</b>
<p>* Iniciar a implantação do Plano Anual de Capacitação, incluindo mapeamento de competências e necessidades de qualificação.</p>	<p>* Desde 2013, encontra-se em atividade a CPAC, Comissão responsável pela Gestão do Plano e de seu Programa de Apoio. A Comissão construiu instrumento de coleta de dados e o encaminhou aos Departamentos para o mapeamento das demandas de capacitação.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Prevê-se para 2014 uma avaliação diagnóstica do perfil de competências e das demandas de capacitação desta instituição.</p>
<p>* Mapear condições e definir diretrizes de sustentabilidade.</p>	<p>* Todos os Editais lançados pelo INES consideram os critérios de sustentabilidade indicados pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.</p>	<p>* O INES planeja qualificar servidores para atuação específica nesse campo.</p>	
<p>* Realizar concurso público para área de Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover</p>	<p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 09/2012, foram providas 3 vagas de Analista de Tecnologia da Informação. No concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, que se encontra em andamento, serão providas 10 vagas para Técnico em Tecnologia da Informação, inclusive para atender às demandas relacionadas à</p>	<p>* Demanda-se autorização para concurso em outros cargos de TI, e o quadro efetivo completo é algo relevante para o adequado tratamento dessa área considerada estratégica.</p>	

<p>mapeamento da Gestão de TI no INES: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços;</p> <p>* Formular diretrizes da Gestão da TI no INES;</p> <p>* Disponibilizar nova página do INES na internet, observados critérios de acessibilidade.</p>	<p>participação do INES no Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República.</p> <p>* A Portaria INES nº 150, de 5 de junho de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº 6/2012, designou servidores efetivos e qualificados para a composição da Comissão Responsável pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação do INES. A ampliação do quadro de servidores efetivos de Tecnologia da Informação viabilizará os trabalhos dessa Comissão.</p> <p>* Os mapeamentos e o documento de diretrizes serão realizados em 2014.</p> <p>* Em 2013 foi concluída a elaboração do novo Portal do INES na internet, com adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação. O lançamento dá-se no início de 2014.</p> <p>* Parceria INES - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa / Rede COMEP viabilizou um novo link de Internet com velocidade de 1 Gbps (o anterior era de 6Mbps). Isso potencializará a utilização e acessibilidade do novo Portal do INES – que veicula conteúdos em vídeo para pessoas surdas – bem como a realização de cursos a distância para o Brasil.</p>		
<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de</p>	<p>* Realizadas reuniões mensais com a Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>* Implantada a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Em ambos os serviços são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas</p>	<p>O Departamento responsável esteve mobilizado para viabilizar muitas obras necessárias, o que tornou difícil dedicar a atenção devida a esse campo. Pretende-se fazê-lo em 2014.</p>	

<p>modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- do bom atendimento ao cidadão;</li> <li>- da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;</li> <li>- da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;</li> <li>- da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.</li> </ul>	<p>instâncias competentes.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de forma presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Houve 8 atendimentos em 2013, a maior parte para o Colégio de Aplicação.</li> <li>2. Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, houve 42 solicitações recebidas e respondidas sobre os temas: materiais do INES (43%); informações sobre o Instituto (26%); direitos e legislação (14%); Exame Prolibras (7%); Curso Letras-Libras (7%) e Concursos públicos do INES (3%).</li> </ol> <p>* Por meio de cooperação técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, foi implantado o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS (perícias médicas, avaliações de inativos e atividades para a promoção da saúde do servidor);</p> <p>* Desenvolvido Banco de Cadastramento de Empresas para captação de pesquisas mercadológicas por parte da Comissão Permanente de Licitação – CPL.</p> <p>* Participação em eventos de capacitação: número de servidores (304), ocorridas, de maneira geral, nas seguintes áreas temáticas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Educação e Surdez;</li> <li>b) Gestão de Patrimônio;</li> <li>c) Gestão de TI;</li> <li>d) Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil;</li> <li>e) Gestão de Projetos;</li> <li>f) “Transtorno Autista”;</li> <li>g) Previdência Complementar;</li> </ol>		
---	---	--	--



	<p>h) Gestão e Fiscalização de Contratos; i) Desenvolvimento Infantil/Neuropsicologia; j) Área Médica/Oftalmologista; l) Reabilitação; m) Psicolinguística; n) Terapêutico/Autismo.</p> <p>* Criadas duas Comissões: uma Técnica, composta por 1 Engenheiro Civil, 1 Engenheiro Eletricista e 1 Arquiteto, e outra de Fiscalização de Obras.</p>		
--	--	--	--

## 2.2 Programação e execução orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.1 Programa temático

Esta UJ não possui programas temáticos de governo sob sua responsabilidade, mas somente ações, conforme explicitado nos itens subsequentes. Nos termos da Portaria 175, de 2013, “só devem preencher as informações referentes a programa temático as unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério”.

### 2.2.2 Objetivo

Nos termos da Portaria nº 175, de 2013, “as informações referentes a objetivo devem ser consignadas no relatório de gestão pelas unidades jurisdicionadas a quem cumpra mais estratégica e diretamente o seu desenvolvimento”. Este não é o caso do INES, instituição a que cabem ações, conforme exposto a seguir.

### 2.2.3 Ações

#### 2.2.3.1 Ações OFSS

Não se aplica ao INES.

#### 2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS

**Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	20RI - Func. Das Instituições. Federais de Educação Básica <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Descrição</b>	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições, dentre outras, assistência ao educando, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.
<b>Iniciativa</b>	02BY-Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino
<b>Objetivo</b>	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos <b>Código:</b> 0598 <b>Tipo:</b>

	humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.						
<b>Programa</b>	Educação Básica		<b>Código:</b> 2030			<b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não )PAC			Caso positivo: ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	59.295.547,00	79.773.333,00	24.863.027,42	10.174.218,35	10.006.295,20	167.923,15	14.688.809,07
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Aluno Matriculado		Unidade	2.320	2.320	2.255	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	17.020.028,83	8.635.857,60	8.146.034,43	Aluno Matriculado	Unidade	2.255	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	4572- Capac.Serv.Pub.Fed.em Proc.Qualificação e Requalificação <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>		Programa de Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código:</b> 2109		<b>Tipo:</b> GESTÃO	
<b>Unidade Orçamentária</b>		26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) Brasil sem Miséria )PAC			
<b>Lei Orçamentária Anual – 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	408.000,00	1.009.400,00	112.052,02	98.766,93	98.766,93		13.285,09
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Servidor Capacitado		unidade	315	315	304	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>							
<b>Código</b>		20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União		<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>		Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.					
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>		Prog.de Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código:</b> 2109		<b>Tipo:</b> GESTÃO	
<b>Unidade Orçamentária</b>		26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) Brasil sem Miséria )PAC			
<b>Lei Orçamentária Anual – 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033				24.297.271,60		-	

	20.093.832,00	24.939.748,00	24.297.271,60		24.297.271,60		-
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Servidor Beneficiado		unidade	-	-	360	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código:</b> 2109	<b>Tipo:</b> Gestão			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	Caso positivo: ( ) Sim ( X ) Não			( ) Brasil sem Miséria )PAC			
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	18.000,00	26.300,00	23.455,95	23.455,95	23.455,95	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Criança Atendida	unidade	17	28	28		

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2011 -Aux.Transporte aos Servidores Civis e Empregados					<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>	Prog. De Gestão e Manutenção do MEC		<b>Código:</b> 2109		<b>Tipo:</b> Gestão		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	384.000,00	397.000,00	392.607,59	392.607,59	392.607,59	-	-
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0033	Pessoa Beneficiada	Unidade	178	201	201		

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2012 - Aux.Alimentação aos Serv. Civis e Empregados				<b>Tipo:</b> Atividade	
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.					

<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>		Programa de Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código:</b> 2109	<b>Tipo:</b> Gestão	
<b>Unidade Orçamentária</b>		26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não			Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual – 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.104.000,00	1.515.902,00	1.497.738,55	1.497.738,55	1.497.738,55	-	-
<b>Execução Física da Ação – Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Pessoa Beneficiada		unidade	303	352	352	

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

#### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	09HB - Contribuição da União p/ custeio regime previdência			<b>Tipo:</b> Operações Especiais		
<b>Descrição</b>	Pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais a forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>		Programa de Gestão e Manutenção do MEC			<b>Código:</b> 2109	<b>Tipo:</b> Gestão
<b>Unidade Orçamentária</b>		26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não			Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>						

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	4.133.323,00	4.892.645,00	4.635.291,46	4.635.291,46	4.635.291,46	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001	Servidor Beneficiado	unidade	-	-	360		

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores			<b>Tipo:</b> Atividade			
<b>Descrição</b>	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>							
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do MEC	<b>Código:</b> 2109		<b>Tipo:</b> Gestão			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC			( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	703.855,00	863.055,00	822.926,06	822.926,06	822.926,06	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			



subtítulo/ Localizador			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0033	Pessoa Beneficiaria	unidade	579	579	523

#### Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	0181 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Serv.Civis <b>Tipo:</b> Operações Especiais
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos Servidores Públicos Civis da União ou de seus Pensionistas.
<b>Iniciativa</b>	
<b>Objetivo</b>	

---

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

<b>Programa</b>	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		<b>Código:</b> 0089	<b>Tipo: Operação Especial</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) Brasil sem Miséria		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	29.554.280,00	35.724.202,00	35.724.202,00	35.724.202,00	35.724.202,00	-	-
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0033	Aposentados e Pensionistas beneficiados		unidade				575

Fonte: SIAFI Gerencial/SIMEC/SIOP

### 2.2.3.3 Ações não previstas na LOA – restos a pagar não processados OFSS

**Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	8243	<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Produção e Disseminação do Conhecimento nas Áreas da Surdez e da Deficiência Visual				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Desenvolvimento de estudos, materiais didáticos, pesquisas, projetos educacionais e tecnológicos, na área de atendimento as pessoas surdas.		<b>Código:</b>	<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Ed. Especial	<b>Código:</b> 1374	<b>Tipo: Finalístico</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) Brasil sem Miséria		( ) Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
-	353.799,00	-	Estudo Disseminado	Unidade	50

Fonte: siafi gerencial/simec/siop

**Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 -Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	6321			<b>Tipo: Atividade</b>	
<b>Título</b>	Funcionamento O Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Iniciativa</b>					
<b>Objetivo</b>	Garantir a Manutenção do INES, objetivando oferecer Educação Básica a pessoas surdas e Ensino Superior a pessoas surdas e ouvintes, utilizando a LIBRAS como língua de instrução.		<b>Código:</b>	<b>Tipo:</b>	
<b>Programa</b>	Desenvolvimento da Ed. Especial		<b>Código: 1374</b>	<b>Tipo: Finalístico</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
-	-	12.350,30	Aluno Matriculado	Unidade	700

Fonte: siafi gerencial/simec/siop

### Análise crítica:

Em 2013, o INES movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados o montante inscrito de R\$ 366.149,30, tendo sido cancelado o valor de R\$ 12.350,30 e sendo liquidado no valor de R\$ 353.799,00.

### 2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não ocorreu.

### 2.2.3.5 Análise situacional

Em 2013, o orçamento do INES, aprovado na LOA, somado aos créditos suplementares, totalizou o montante de R\$ 149.141.585,00 (cento e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) para as despesas correntes e de capital, sendo R\$ 65.556.595,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 70.524.133,00 (setenta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e três reais) com outras despesas correntes e R\$ 13.060.857,00 (treze milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, foi de R\$ 53.781.435,00, que comprovadamente não foram suficientes para custeá-las, face às despesas durante o exercício, necessitando de um acréscimo de aproximadamente 21,89%, gerando um crédito suplementar de R\$ 11.775.160,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do exercício de 2013 com o de 2012, houve um aumento de aproximadamente 14,04% (R\$ 8.071.801,00) ocasionado pelo ingresso de

servidores concursados no quadro permanente a partir de maio de 2013 (em substituição a trabalhadores terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$ 51.713.402,00, para o exercício de 2013, registrados na PLOA/LOA, havendo um crédito suplementar no valor de R\$ 18.810.731,00, referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Para as Despesas de Capital, a dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA foi da ordem de R\$ 10.200.000,00, onde podemos verificar que houve um crédito suplementar no valor de R\$ 2.860.857,00, também referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Analisando os quadros das ações a cargo do Instituto acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

### **2.2.3.6 Outros resultados da gestão: indicadores institucionais finalísticos**

#### **EDUCAÇÃO BÁSICA**

##### **1. Relação candidato / vaga**

**Objetivo:** aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

**Horizonte:** atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

**Equação básica:** relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

**Resultado:** O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. Alcançou-se a matrícula de 500 alunos surdos em agosto de 2013, mas, em média, a matrícula ao longo do ano ficou em 475. Equação:  $475 / 500 = 0,95$ .

##### **Análise crítica:**

O INES atendeu integralmente à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas ficou ligeiramente aquém da meta estipulada no PDI (alcançou 95% da meta estipulada). A crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos – como a Baixada Fluminense – têm impacto sobre esse quesito.

##### **2. Relação alunos / docente**

**Objetivo:** aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

**Equação básica:** a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

**Obs.:** contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

**Resultados:** Em 2013, havia 120 docentes designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 47 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES ou do IFRJ) ou estavam ocupando chefias de serviço ou em licença (saúde, prêmio, capacitação, sem vencimentos) ou ainda no exercício de funções de gestão do INES. Assim, havia 73 (setenta e três) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2013 foi de 500 (quinhentos). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (73) e os alunos em escolarização (500). O resultado da operação  $500 / 73 = 6,84$ .

### Análise crítica:

O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

Espera-se manter esse patamar, dado que estão previstas aposentadorias em grande número. Por meio do concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, que se encontra em andamento, serão providas 41 vagas de Professor da Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Não obstante, deve-se considerar o grande número de aposentadorias previstas para 2014.

### 3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

**Objetivo:** mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

**Equação básica:** índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a  $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$  dividido por  $N + G + A + E + M + D$ , onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

### Resultados:

$N = 2 \times 0,5$	$G = 28 \times 1$	$A = 1 \times 2$	$E = 81 \times 3$	$M = 46 \times 4$	$D = 4 \times 5$
$N = 1,0$	$G = 28$	$A = 2$	$E = 243$	$M = 184$	$D = 20$

Equação:  $478 / 162 = 2,95$

### **Análise crítica:**

Considerando-se que a média entre uma pontuação mínima de 162 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com graduação – e uma pontuação máxima de 810 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com doutorado – seria de 486 pontos, vemos que o INES ocupa uma posição intermediária e deve melhorar seu resultado nesse Indicador. O ingresso de docentes surdos concursados em 2013 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo. Os mapeamentos e apoio previstos no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio, que tiveram sua implementação iniciada em 2013, deverão colaborar para a mudança desse quadro nos próximos anos.

#### **4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes**

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

**Equação básica:** número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

**Resultados:** Temos 38 (trinta e oito) professores substitutos contratados (INES ou IFRJ) para um total de 200 docentes:  $38 / 200 = 0,19$ .

### **Análise crítica:**

A marcha de aposentadorias fez com que se ampliasse a participação de substitutos em relação ao conjunto de Professores da Educação Básica do INES, mas o concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, que se encontra em andamento, deverá, até meados de 2014, prover 41 vagas de professor da Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, corrigindo essa disfunção. Ao mesmo tempo, deve-se enfatizar que as vagas do referido Concurso ainda são insuficientes para a demanda, devido ao grande número de aposentadorias previstas para 2014.

#### **5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue**

**Objetivo:** aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

**Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino):** número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com

proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

**Resultados:** O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram estes:

Etapa SEDIN:  $13 / 13 = 1,0$  (100%)

Etapa CAAF:  $2 / 2 = 1,0$  (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento):  $28 / 28 = 1,0$  (100%)

Etapa SEFN (Noturno):  $07/10 = 0,7$  (70%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME:  $48 / 50 = 0,96$  (96%)

### **Análise crítica:**

Os resultados indicaram significativo avanço na prontidão para a educação bilíngue, cabendo uma atenção especial na melhoria desse quesito por parte dos professores do ensino fundamental noturno – Educação de Jovens e Adultos (SEFN). O INES deverá adotar medidas de incentivo à prontidão linguística para a educação bilíngue de seus docentes, mas precisa também melhorar a gestão da informação: o nível de prontidão linguística para a educação bilíngue deverá ser informação constante do cadastro e/ou prontuário de professores da instituição.

## **6. Taxa de evasão escolar**

**Objetivo:** dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

**Horizonte:** diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

**Equação básica:** número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

**Resultados:** O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 70. O número de alunos matriculados no ano letivo = 500 (adotada a maior matrícula alcançada, uma vez que ao longo do ano as matrículas variam, porque são processados pedidos de ingresso ou reingresso e de transferência). Equação:  $70 / 500 = 0,14$ .

### **Análise crítica:**

O resultado de permanência de 86% dos alunos matriculados demanda que seja dada atenção ao possível papel do fenômeno da evasão motivada por situações de vulnerabilidade socioeconômica, e que sejam mapeadas outras causas possíveis. Para 2014, está previsto o início da implantação de um Programa de Assistência Estudantil, que poderá ajudar a corrigir essa disfunção.

## 7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

**Objetivo:** aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

**Equação básica:** número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

### Resultados e análise crítica:

Os resultados, em 2013, foram em parte comprometidos pelo fato de estar em andamento obra de reforma e restauro do edifício que abriga a Biblioteca do INES, o que dificultou a acolhida principalmente de turmas do Colégio de Aplicação, para os quais não foram registrados pesquisa em acervo ou empréstimo de acervo – houve apenas 11 ocorrências de pesquisa ou empréstimo por parte de docentes do CAP. Igualmente, o espaço onde está funcionando provisoriamente a Biblioteca não possibilita a consulta a terminais de internet. Por outro lado, o fato de o Instituto haver disponibilizado tablets a todo o corpo docente e discente do Colégio pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa, uma vez que muitos textos importantes no contexto da Educação Básica – Literatura, por exemplo – encontram-se disponíveis na internet, inclusive no portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), que é a Biblioteca Digital do Ministério da Educação.

## 8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

**Objetivo:** Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

**Equação básica:** Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

**Resultados:** Dos 100 docentes em exercício de Atividades de Interação com Educandos no CAP, contabilizamos apenas os docentes efetivos do INES em sala de aula ou laboratórios e oficinas, que são 73 (setenta e quatro). Desses, 41 (quarenta e um) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação:  $41 / 73 = 0,56$ .

### Análise crítica:

O resultado de 55% de engajamento de docentes do Colégio em atividades de pesquisa e extensão atende às expectativas, dado que a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ratificou o entendimento de que são atividades inerentes à carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e



Tecnológico “o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional”. Encontra-se em discussão a criação de uma norma interna para organização do trabalho docente, que deverá criar condições para que essa importante dimensão da função docente possa ser exercida neste centro de referência.

## 9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

**Horizonte:** Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

**Equação básica:** Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

### Resultados:

#### A) Idade média de início do atendimento no INES

- Soma das idades de ingresso na Educação Infantil: 107
- Número de crianças matriculadas na Educação Infantil: 44
- Equação:  $107 / 44 = 2,43$

#### B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria)

- Soma das idades de ocorrência da surdez: 84;
- Número de crianças: 44;
- Equação:  $84 / 44 = 1,91$

**Resultado final:** (A) - (B) =  $2,43 - 1,91 = 0,52$

#### A) Idade média de início do atendimento no INES

--- soma das idades: 132

--- nº de crianças: 52  
--- equação:  $132 / 52 = 2,54$

**B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria)**

--- soma das idades: 53  
--- nº de crianças: 52  
--- equação:  $53 / 52 = 1,02$

**Resultado final:** A) - B) =  $2,54 - 1,02 = 1,52$

**Análise crítica:**

Dois fatores tiveram impacto nos resultados deste indicador: o aumento do número de alunos matriculados na Educação Infantil e o ingresso de crianças surdas filhas de profissionais surdos que ingressaram no quadro permanente da Instituição por meio de concurso público. O fato de boa parte dessas crianças apresentar surdez congênita levou à diminuição da idade média de ocorrência da surdez nesse segmento do alunado. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a disseminação do Teste da Orelhinha potencialmente viabiliza o ingresso “no tempo certo” de crianças surdas. A Divisão de Audiologia realizou, em 2013, 1.550 testes da orelhinha em bebês da comunidade. É possível avançar por meio de ações interinstitucionais no âmbito da implementação das políticas de saúde auditiva, bem como por meio de campanhas de comunicação de massa sobre prevenção e diagnóstico.

**10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda**

**Objetivo:** aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à pessoas surdas da comunidade.

**Equação básica:** número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes.

**Resultados:** Houve 252 ingressantes nos cursos e 211 concluintes. Equação:  $211 / 252 = 0,83$ .

**Análise crítica:**

Houve dificuldade na contratação dos Instrutores, nos termos da legislação vigente, tendo havido ocorrência de adiamento de cursos por falta de documentação. Com isso, muitas pessoas surdas que se inscreveram acabaram desistindo. Outro motivo é o ingresso no mercado de trabalho: elas iniciam e, no meio do curso, param para poder trabalhar.

O resultado de 83% de sucesso nos cursos é positivo, mas a instituição deverá realizar uma pesquisa de satisfação com os participantes, bem a um levantamento de aptidões e interesses de pessoas surdas. É preciso definir os cursos que contemplem tanto os interesses e aptidões dos surdos quanto as demandas do mercado de trabalho ou as possibilidades efetivas de geração de renda.

**11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente**

**Objetivo:** aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via estágio, treinamento em serviço, participação em processo seletivo, ou via qualificação pela Bolsa-Formação do Pronatec – têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a estágio, treinamento em serviço, processo seletivo ou qualificação via Bolsa-Formação do Pronatec, alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

**Equação básica:** número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT resulta da soma de A + B + C + D, sendo A = oportunidades de estágio; B = oportunidades de treinamento em serviço, C = participação em processo seletivo e D = qualificados por Bolsa-Formação do Pronatec.

**Observação:** Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

**Resultados:** Em 2013, houve 355 oportunidades de acesso ao trabalho (entre estágios, treinamento em serviço – como os do Programa Jovem Aprendiz – e participação em processo seletivo) e, das pessoas surdas participantes, 266 (duzentos e sessenta e seis) efetivaram contratos de aprendizagem ou de trabalho. Equação:  $266 / 355 = 0,74$ .

#### **Análise crítica:**

O resultado de 74% de efetivações no trabalho é positivo, inclusive porque outros fatores devem ser considerados, dentre eles a própria adaptação da organização à nova situação. Em 2013 o INES aderiu, como demandante, ao Pronatec *Viver sem Limite*. Espera-se que, a partir de 2014, com ajustes nos mecanismos de participação no Programa, isso venha a impulsionar contratações de pessoas surdas.

#### **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Quadro B.6.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002**

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA

Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	219	213	190	164	158
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

#### Quadro B.6.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,57	3,12	3,12	3,15	3,55
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

#### Análise crítica:

Nos termos da Portaria TCU 123, de 2011, e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de

graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos “NA” nos casos que correspondem a esse entendimento.

Quanto ao Quadro B.6.1, nos termos da Decisão do TCU em tela, “aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso”. Quanto ao Quadro B.6.2, registramos que a implementação do curso iniciou-se em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve. Com a ampliação do número de turmas, foi necessária a contratação de professores temporários e isso impactou nos resultados. Em 2013, com o compromisso assumido pelo INES de conduzir um curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue de abrangência nacional, foi lançado o Edital nº 29/2013, que proverá, em 2014, 40 (quarenta) vagas de Magistério Superior para o Quadro do Instituto, com titulação mínima de doutorado, o que deverá ter impacto positivo sobre a qualificação docente. A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição.

### 1. Relação candidato / vaga

**Objetivo:** aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

**Horizonte:** atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

**Equação básica:** relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo.

Resultado: Relação Candidato/Vaga					
2013	2012	2011	2010	2009	2008
5	5	4	1,8	1,5	1,5

#### Análise crítica:

O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet e nas redes sociais) e a inserção de egressos têm contribuído para o expressivo aumento da demanda: em 2013, houve a maior procura desde a abertura do curso em 2006: 300 candidatos. O INES, em decorrência disso, redefiniu os turnos em que oferta sua graduação – inicialmente Tarde e Noite, agora Manhã e Noite – visando atender à condição do aluno trabalhador.

### 2. Relação alunos / docente em tempo integral

**Objetivo:** aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

**Equação básica:** a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

**Obs.:** contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

<b>Resultado: Relação Alunos/Docente em tempo integral</b>					
2013	2012	2011	2010	2009	2008
10,69	11,5	10,8	9,3	9	13,1

#### **Análise crítica:**

A demanda vem crescendo e se espera, para 2014, uma ampliação do número de professores efetivos e com boa titulação, a partir da nomeação prevista de 40 professores do Magistério Superior aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013.

### **3. Relação entre docentes temporários e número total de docentes**

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

**Equação básica:** número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

<b>Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes</b>					
2013	2012	2011	2010	2009	2008
0,57	0,55	0,63	0,61	0,61	0,3

#### **Análise crítica:**

Como já informado, ao longo da implementação fez-se necessária a contratação de professores temporários para assegurar a realização dessa ação e atender aos direitos dos alunos. Projeta-se reduzir sensivelmente em 2014 – ano em que o Instituto deverá nomear 40 professores do Magistério Superior aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013, em andamento – o ainda elevado percentual de professores temporários em relação aos efetivos no ano letivo de 2013.

### **4. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue**

**Objetivo:** aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

**Equação básica:** número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

<b>Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>0,16</b>	<b>0,24</b>	<b>0,26</b>	<b>0,27</b>	<b>0,27</b>	<b>0,07</b>

#### **Análise crítica:**

A necessidade de contratação de professores temporários, já mencionada, bem como a dificuldade de, por essa via, obter profissionais conhecedores da LIBRAS, explicam os resultados desse indicador. Existe rotatividade na mão de obra, o que também compromete o aprofundamento na competência linguística para a educação bilíngue. O novo modelo de Edital elaborado – que valoriza conhecimento da LIBRAS e a experiência de trabalho com surdos – e o concurso público que se encontra em andamento (Edital nº 29/2013), que proverá 40 vagas para o Magistério Superior, deverão melhorar significativamente esse Resultado.

#### **5. Taxa de sucesso no Ensino Superior**

**Objetivo:** aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

**Equação básica:** número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

<b>Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>1,2</b>	<b>0,46</b>	<b>0,22</b>	<b>0,17</b>	<b>0,11</b>	<b>X</b>

#### **Análise crítica:**

Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia; elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de pobreza; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc.

#### **6. Taxa de evasão**

**Objetivo:** dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

**Horizonte:** diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

**Equação básica:** número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

<b>Resultado: Taxa de Evasão</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>0,21</b>	<b>0,11</b>	<b>0,07</b>	<b>0,07</b>	<b>0,10</b>	<b>0,06</b>

### **Análise crítica:**

A evasão em 21% demanda ações concretas de apoio à permanência e sucesso do aluno. Segundo o Departamento de Ensino Superior do INES, “a evasão pode estar relacionada a diferentes fatores, como a redefinição por parte do(a) aluno(a) em relação ao curso de formação de sua preferência; moradia distante e/ou em área de risco, aliada a situação de vulnerabilidade socioeconômica (conflitos familiares, desemprego, insuficiência de renda, cuidado com filhos); insuficiência de rendimento acadêmico (alunos que tiveram sérias defasagens em sua formação básica, muitas vezes, não conseguem viabilizar uma permanência bem-sucedida na Educação Superior) e material didático em LIBRAS insuficiente”. As medidas adotadas pelo INES são: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia; elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de pobreza; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, em favor do aluno trabalhador, etc.

### **7. Taxa de utilização da biblioteca do INES**

**Objetivo:** aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

**Equação básica:** número de acessos (incluindo as situações de consulta ao acervo e de empréstimo de item do acervo) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

1.003 acessos de alunos (773 da graduação e 30 da pós-graduação) e 53 acessos de docentes / 256 alunos com matrícula ativa (219 da graduação e 37 da pós-graduação) e 26 docentes (graduação e pós-graduação) = **4,21**

<b>Taxa de utilização da biblioteca do INES</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>4,12</b>	<b>1,71</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>



### **Análise crítica:**

Os alunos têm utilizado com frequência a Biblioteca, mas os docentes podem fazê-lo com mais regularidade. De todo modo, o resultado é positivo, e apresentou significativa melhora em relação ao ano anterior. Medida a ser adotada em 2014, em conformidade com o PDI, é a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

Os resultados de utilização da Biblioteca poderão vir a ser impactados pela distribuição de tablets aos(às) alunos(as) de graduação do INES a partir de 2013. Isso tem possibilitado a eles novas estratégias de pesquisa e o acesso a muitas obras disponibilizadas gratuitamente para *download*, como por exemplo, no portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), Biblioteca Digital do Ministério da Educação.

### **8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez**

**Objetivo:** Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

**Equação básica:** Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

**Observação:** Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

<b>Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>0,82</b>	<b>0,90</b>	<b>0,89</b>	<b>0,61</b>	<b>0,61</b>	<b>0,61</b>

### **Análise crítica:**

O resultado indica um alto grau de compromisso dos docentes com o papel de referencialidade do INES na área da surdez. Com as nomeações de 40 Professores do Magistério Superior no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013, previstas para 2014, espera-se manter e ampliar esse Resultado, uma vez que não existe o compromisso em relação a essas atividades da parte de professores contratados pela instituição.

### **9. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica**

**Objetivo:** Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

**Horizonte:** Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

**Equação básica:** Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

<b>Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica</b>					
<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>0,03</b>	<b>0,09</b>	<b>X</b>	<b>0,02</b>	<b>0,02</b>	<b>X</b>

#### **Análise crítica:**

A instalação dos programas de apoio é recente e a participação ainda incipiente reflete esse fato, assim como se relaciona ao quadro rotatividade no quadro docente – a ser superado, em 2014, com as nomeações previstas de 40 Professores do Magistério Superior, no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013. Devemos ressaltar que houve pesquisas concluídas em 2013, o que pode ter impactado este indicador.

#### **10. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos**

**Objetivo:** aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

**Horizonte:** ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

**Equação básica:** percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.  
 concorda totalmente  
 concorda  
 é indiferente ou neutro  
 discorda  
 discorda totalmente
2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu

alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

**Análise crítica:** Em 2014, o Instituto promoverá o debate para a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador.

## **REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ**

### **1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal**

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

**Horizonte:** Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

**Equação básica:** Número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares – dividido pelo número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

**Observação:** Em 2014, o INES construirá formulários que serão preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Os dados já começaram a ser coletados em 2013, dando conta de que, das 4.087 pessoas atendidas, 1.550 eram bebês para Teste da Orelhinha, 1.067 eram crianças de até 12 anos e 581 eram alunos do INES, somando 2.198 crianças. Portanto, 53% (2.198 / 4.087) de todos os atendimentos em Audiologia realizados pelo INES foram direta ou indiretamente relacionados ao acesso e permanência na escola por parte de crianças em idade de escolarização.

## **2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente**

**Objetivo:** Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

**Horizonte:** Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

**Equação básica:** Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

**Observação 1:** Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

**Observação 2:** Em 2014, o INES construirá formulários que serão preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Dados de 2013 indicam que, dos 1.470 jovens e adultos atendidos pela Divisão de Audiologia do INES, 587 (40%) foram atendidos especificamente para acesso ou permanência no trabalho.

### 3. Taxa de sucesso em Curso de Libras

**Objetivo:** aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

**Equação básica:** número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

**Resultados:** 443 concluintes / 656 matriculados = **0,68**

#### **Análise crítica:**

O resultado alcançado indica um bom quadro de permanência e conclusão no Curso de Libras (68%), mas pode ser melhorado. O número de desistentes no Curso de LIBRAS, segundo o relato dos alunos, está relacionado principalmente às condições econômicas. O gasto com passagens é apontado como principal motivo de desistência e/ou trancamento da matrícula. Ao mesmo tempo, foi feita uma pesquisa direta com os alunos do Curso de Libras e 65% preferem a realização do Curso somente uma vez por semana. No primeiro semestre de 2014, iremos realizar as aulas do curso de LIBRAS somente uma vez por semana, para tentar diminuir a evasão.

Em 2013, foi resolvido o problema de terceirização por meio de um Concurso Público aberto em dezembro de 2012: todos os professores de Libras do INES passaram a ser professores concursados. Contar com professores de Libras qualificados e efetivos deverá concorrer positivamente para o sucesso do Curso nos próximos anos.

### 4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

**Objetivo:** aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2015. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do

acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

**Horizonte:** elevar o resultado da avaliação do período científico Espaço, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2015, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

**Equação básica:** número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- 1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – (-) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – (X) Apresenta regularidade na edição dos números;
- 7 – (-) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – (-) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

**Observações:** 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e

regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

**Resultados:** vide preenchimento dos quesitos acima: **70%**.

#### **Análise crítica:**

O Resultado de 70% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema Qualis. Para tanto, desde 2012, vêm sendo adotadas algumas medidas:

- a) Foi construída, no âmbito da Comissão responsável, uma minuta de Política Editorial para o Instituto, a ser divulgada, analisada e aprovada em 2014;
- b) Uma das Bibliotecárias do Instituto – também integrante de nossa Comissão Editorial – participou de Curso relacionado à editoração eletrônica de periódicos;
- c) Foram solicitados ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto; Tradutor e Intérprete; Jornalista; Fotógrafo; Web Designer, etc.

#### **5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

**Equação básica:** número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

**Resultados:** Segundo dados de 2012, os títulos catalogados da produção editorial do INES são 18 (dezoito), 9 em texto e 9 em vídeo, a saber:

1. TEXTO
  - Anais do Congresso (registro de evento)
  - Arqueiro (periódico técnico)
  - Espaço (periódico técnico-científico)
  - Fórum (registro de evento)

- Série Histórica (documentos históricos do acervo)
- Vivendo Ciências (livro do aluno)
- Direitos da Pessoa Surda (manual)
- DST /AIDS (manual de orientação)
- INES: 150 anos (livro)

## 2. VÍDEO

- Série Educação de Surdos – vols. 1 a 10
- Arca de Noé
- Atlas Geográfico
- Cá entre Nós
- Dicionário de Libras
- Imagens do Invisível
- Implante Coclear
- Quando se Escuta com os Olhos
- Surdocegueira
- João e Maria em Libras
- Linguagem e Cognição (versão em Libras de uma obra acadêmica)

Desses 18 títulos, apenas 5 (cinco) encontravam-se disponíveis no Portal do Instituto na internet, o que corresponde a **27%**.

### **Análise crítica:**

Encontra-se em reformulação o Portal do INES e, além disso, prevê-se a disponibilização de todos os conteúdos nos próximos anos por meio da Web TV que entrou em funcionamento no mês de abril de 2013.

### **6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

**Equação básica:** número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

**Resultados:** O total de participantes efetivos desses eventos foi de 3.524 (dois mil quatrocentos e sessenta e uma) pessoas, sendo 2.429 profissionais diretamente ligados à educação de surdos nos



eventos: Programa de Prática Profissional – PROPP (curso); assessorias técnicas realizadas pelo INES em todo o Brasil; Congresso Internacional; encontro de representantes dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS. Equação:  $2.429 / 3.524 = 0,68$ .

#### **Análise crítica:**

O resultado de 68% pode ser explicado pela dedução de eventos que contaram majoritariamente com a presença de pais de alunos (Encontro de Pais de Surdos) ou de alunos do Colégio de Aplicação (Encontro do Grêmio). O Instituto estabelecerá mecanismos para registro mais fidedigno dos participantes.

### **7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.**

**Objetivo:** aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES) e Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores.

**Equação básica:** número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

**Resultados: Equação:**  $1.414 / 1.414 = 1,0$ .

#### **Análise crítica:**

O índice de 100% reflete o interesse despertado bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Em 2013, em termos de cooperação técnica no Brasil, o INES dedicou-se apenas à realização de assessorias técnicas e palestras em todo o Brasil (1.360 profissionais participantes) e à realização do II Encontro dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS (54 participantes). Deve-se trabalhar para manter a participação desse público específico.

### **3. Estrutura de governança e autocontrole da gestão**

#### **Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>
---	----------------

<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<b>Análise Crítica:</b> Como se percebe, algumas barreiras ainda precisam ser ultrapassadas para o alcance da efetividade das ações de controle interno. O sucesso na implantação de planos que tendem a modificar rotinas e comportamentos depende, inquestionavelmente, de forma como são conduzidos. Assim, para que tenhamos um efetivo controle interno integrado na nossa Instituição, há que se tomar medidas corretivas ou complementares, a fim de adequar e integrar toda a estrutura administrativa ao sistema. Um importante passo neste sentido foi dado no exercício de 2012 e desdobrado em 2013: a realização de concurso público para 03 (três) vagas de Analista de Tecnologia da Informação. Além disso, foram iniciados procedimentos relacionados à criação de um Grupo de Trabalho - GT, voltado para as demandas de controle interno.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					
(5) <b>Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração - DEPA/INES

#### 4. Execução orçamentária e financeira

##### 4.1 Execução das despesas

##### 4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

<b>Unidade Orçamentária:</b>		<b>Código UO: 26104</b>	<b>UGO: 152005</b>	
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>		<b>Grupos de Despesa Correntes</b>		
		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3- Outras Despesas Correntes</b>
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		53.781.435,00	-	51.713.402,00
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		11.775.160,00	-
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>		

	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)			65.556.595,00	-	70.524.133,00
Dotação final 2012(B)			57.484.794,00	-	49.172.768,00
Variação (A/B-1)*100			14,04		43,42
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			10.200.000,00	-	-
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares		2.860.857,00	-	-
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos	3.400.000,00		
		Reabertos			
	Créditos Cancelados		(3.400.000,00)		
<b>Outras Operações</b>					
Dotação final 2013 (A)			13.060.857,00	-	-
Dotação final 2012(B)			8.200.712,00		
Variação (A/B-1)*100			59,26		

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.1.1 Análise crítica:

Para análise crítica dos quadros acima, destacamos que o orçamento do INES está dividido em dois grupos de despesas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. O primeiro está subdividido em: Pessoal e Encargos Sociais (1) e Outras Despesas Correntes (3).

Já o segundo é composto apenas de Investimentos (vide coluna4). Em 2013, o orçamento do INES, aprovado na LOA, somado aos créditos suplementares, totalizou o montante de R\$ 149.141.585,00 (cento e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) para as despesas correntes e de capital, sendo R\$ 65.556.595,00 (sessenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 70.524.133,00 (setenta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e três reais) com outras despesas correntes e R\$ 13.060.857,00 (treze milhões, sessenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesa com Pessoal e Encargos Sociais, foi de R\$ 53.781.435,00, que comprovadamente não foram suficientes para custeá-las, face às

despesas durante o exercício, necessitando de um acréscimo de aproximadamente 21,89%, gerando um crédito suplementar de R\$ 11.775.160,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do exercício de 2013 com o de 2012, houve um aumento de aproximadamente 14,04% (R\$ 8.071.801,00) ocasionado pelo ingresso de servidores concursados no quadro permanente a partir de maio de 2013 (em substituição a trabalhadores terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei nº 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Em relação às Outras Despesas Correntes, foi proposto o valor de R\$ 51.713.402,00, para o exercício de 2013, registrados na PLOA/LOA, havendo um crédito suplementar no valor de R\$ 18.810.731,00, referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

Para as Despesas de Capital, a dotação proposta no PLOA e aprovada na LOA foi da ordem de R\$ 10.200.000,00, onde podemos verificar que houve um crédito suplementar no valor de R\$ 2.860.857,00, também referente à dotação por superávit financeiro do exercício anterior.

#### 4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

##### Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	150014	152005	09.272.0089.0181.0053	26.100,00	-	-
Recebidos	153173	152005	12.306.2030.8744.0001	-	-	31.900,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-

Recebidos	-	-	-	-	-	-
-----------	---	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Análise crítica:

Os créditos orçamentários descentralizados pela UG 150014, SPO/MEC, no valor de R\$ 26.100,00, foram para complementar o orçamento de Pessoal e Encargos Sociais, do INES, cobrindo gasto da folha de pagamento de dezembro de 2013, com despesas de pensionista.

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação externa, no valor de R\$ 31.900,00, referem-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-Merenda, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que objetiva propiciar alimentação adequada aos alunos matriculados na Educação Básica.

No ano de 2013, a despesa com a alimentação dos alunos matriculados no Colégio de Aplicação do INES foi estimada em R\$ 280.000,00. Para esse fim, foram executados em 2013 R\$ 238.709,76, sendo R\$ 206.809,76 de recursos orçamentários do INES e R\$ 31.900,00 de recursos do FNDE. Isso significa que o crédito recebido representa aproximadamente 15,42% do valor total gasto para a referida despesa. Não registramos dificuldades para a cobertura do percentual restante, para a qual foram programados créditos originários da própria Unidade.

#### Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### Análise crítica:

Não houve ocorrências no exercício.

#### 4.1.3 Realização da despesa

##### 4.1.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originário - total

##### Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO: 26104</b>		<b>UGO: 152005</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>8.589.120,83</b>	<b>11.323.672,12</b>	<b>8.490.414,05</b>	<b>11.323.672,12</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	226.422,13	226.422,13	226.422,13	226.422,13
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	8.362.698,70	11.097.249,99	8.263.991,92	11.097.249,99
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.331.196,49</b>	<b>1.976.236,84</b>	<b>1.261.980,12</b>	<b>1.976.236,84</b>
h) Dispensa	472.988,79	1.373.400,23	440.845,22	1.373.400,23
i) Inexigibilidade	858.207,70	602.836,61	821.134,90	602.836,61
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>11.036,36</b>	<b>-</b>	<b>11.036,36</b>
j) Suprimento de Fundos	-	11.036,36	-	11.036,36
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l+m+n+o+p)</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>59.273.097,44</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>59.273.097,44</b>
k) Pagamento em Folha	64.656.765,06	57.152.269,68	64.656.765,06	57.152.269,68
l) Diárias	230.791,05	90.930,22	230.791,05	90.930,22
m) Auxílio Alimentação	1.497.738,55	1.068.828,16	1.497.738,55	1.068.828,16
n) Auxílio Transporte	392.607,59	298.309,58	392.607,59	298.309,58
o) Auxílio Creche	23.455,95	17.283,80	23.455,95	17.283,80
p) Ressarcimento Ass. Médica	816.655,56	645.476,00	816.655,56	645.476,00
<b>5. Outros</b>	<b>128.147,41</b>	<b>84.444,97</b>	<b>128.147,41</b>	<b>84.444,97</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>77.666.478,49</b>	<b>72.668.487,73</b>	<b>77.498.555,34</b>	<b>72.668.487,73</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### **Análise crítica:**

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo este o mais utilizado para as contratações em 2013.

Podemos dizer que houve uma redução de R\$ 2.734.551,29, aproximadamente 24,64%, na modalidade Pregão, utilizada no exercício de 2013 sobre o exercício de 2012.

Quanto à contratação realizada na modalidade de Tomada de Preços, ainda é reflexo de contratações efetuadas em exercícios anteriores, e que ainda encontram-se em vigor no exercício de 2013, pratica esta que não mais vem sendo utilizada no âmbito deste Instituto, senão por justificativas técnicas e dentro das normas vigentes.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios - e que comprovadamente não há firmas que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo.

Quanto à despesa com suprimento de fundos não houve concessão no exercício de 2013. No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma pequena variação, de aproximadamente 14,08% a mais sobre o exercício de 2012, ocorrendo tal variação pelo ingresso de servidores concursados no quadro permanente a partir de maio de 2013 (em substituição a trabalhadores terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97) e próprio aumento vegetativo da folha de pagamento.

#### 4.1.3.2 – Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários  
Valores Executados diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26104		UGO: 152005	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>8.589.120,83</b>	<b>11.323.672,12</b>	<b>8.490.414,05</b>	<b>11.323.672,12</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	226.422,13	226.422,13	226.422,13	226.422,13
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	8.362.698,70	11.097.249,99	8.263.991,92	11.097.249,99
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.331.196,49</b>	<b>1.976.236,84</b>	<b>1.261.980,12</b>	<b>1.976.236,84</b>
h) Dispensa	472.988,79	1.373.400,23	440.845,22	1.373.400,23
i) Inexigibilidade	858.207,70	602.836,61	821.134,90	602.836,61
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>11.036,36</b>	<b>-</b>	<b>11.036,36</b>
j) Suprimento de Fundos	-	11.036,36	-	11.036,36
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l+m+n+o+p)</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>59.273.097,44</b>	<b>67.618.013,76</b>	<b>59.273.097,44</b>
k) Pagamento em Folha	64.656.765,06	57.152.269,68	64.656.765,06	57.152.269,68
l) Diárias	230.791,05	90.930,22	230.791,05	90.930,22



m) Auxílio Alimentação	1.497.738,55	1.068.828,16	1.497.738,55	1.068.828,16
n) Auxílio Transporte	392.607,59	298.309,58	392.607,59	298.309,58
o) Auxílio Creche	23.455,95	17.283,80	23.455,95	17.283,80
p) Ressarcimento Ass. Médica	816.655,56	645.476,00	816.655,56	645.476,00
<b>5. Outros</b>	<b>128.147,41</b>	<b>84.444,97</b>	<b>128.147,41</b>	<b>84.444,97</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>77.666.478,49</b>	<b>72.668.487,73</b>	<b>77.498.555,34</b>	<b>72.668.487,73</b>

Fonte: SIAFI Gerencial

### 4.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

**Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26104				UGO: 152005			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
31.90.01-Aposentadorias	28.517.440,95	24.890.589,25	28.517.440,95	24.890.589,25	-	-	28.517.440,95	24.890.589,25	
31.90.11-Vencimentos e Vant.	22.904.838,71	19.516.250,41	22.904.838,71	19.516.250,41	-	-	22.904.838,71	19.516.250,41	
31.90.03-Pensionista	7.203.326,43	6.917.678,94	7.203.326,43	6.917.678,94	-	-	7.203.326,43	6.917.678,94	
Demais elementos do grupo	6.031.158,97	5.808.907,78	6.031.158,97	5.808.907,78	-	-	6.031.158,97	5.808.907,78	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
33.90.39/91.39-Out.Serv.Terc.PJ	16.885.791,25	23.046.612,01	4.537.144,76	7.060.545,27	12.348.646,49	15.986.066,74	4.459.746,22	7.060.545,27	
33.90.37-Locação mão-de-obra	3.284.732,91	4.234.588,08	2.895.295,98	3.746.077,73	389.436,93	488.510,35	2.895.295,98	3.746.077,73	
33.90.30-Material de Consumo	1.394.060,62	951.250,22	1.013.951,18	566.849,40	380.109,44	384.400,82	1.013.951,18	566.849,40	
Demais elementos do grupo	3.431.978,26	2.382.785,09	3.361.877,76	2.375.285,09	70.100,50	7.500,00	3.361.877,76	2.375.285,09	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não Processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	
<b>4. Investimentos</b>									
44.90.51-Obras	1.794.083,66	-	453.643,79	-	1.340.439,87	-	363.119,18	-	
44.90.52-Material Permanente	628.871,61	1.939.854,78	463.309,68	1.786.303,86	165.561,93	153.550,92	463.309,68	1.786.303,86	

44.90.30-Material de Consumo	228.659,28	-	228.659,28	-	-	-	228.659,28	-
Demais elementos do grupo	63.630,00	-	55.831,00	-	7.799,00	-	55.831,00	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### **Análise crítica:**

Quanto às Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que, entre as despesas correntes, certamente aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2013 o aumento da folha ocorreu pelo ingresso de servidores concursados no quadro permanente a partir de maio de 2013 (em substituição a trabalhadores terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc.), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto as Outras Despesas Correntes, apresentam uma grande redução, comparando com o exercício de 2012, na natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, em virtude de que, em 2012, foram executadas despesas com reformas e restauração de instalações prediais, incluindo revisão e recuperação de toda a rede elétrica do INES, a fim de preservar o conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC e de resguardar o patrimônio institucional, a segurança e a integridade de todos aqueles que circulam pelo Instituto; bem como contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis e de plataforma de Educação à Distância bilíngue (Português e LIBRAS), ininterruptamente, para todo o território nacional. Destacamos ainda que o ingresso de servidores concursados no quadro permanente a partir de maio de 2013 (em substituição a trabalhadores terceirizados

contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97, cujos contratos foram rescindidos em dezembro de 2012) também motivou a redução dessa despesa.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, cozinheiro, etc., sem os quais não poderíamos manter a unidade funcionando.

No quadro Despesa de Capital, na natureza de despesa de Obras, houve uma grande despesa tendo em vista o investimento na instalação de nova estação da rede elétrica do INES (Redimensionamento de Fornecimento de Energia Elétrica de Baixa para Média Tensão).

#### 4.1.3.4 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – executados diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários  
Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26104				UGO: 152005			
<i>DESPESAS CORRENTES</i>									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
<i>31.90.01-Aposentadorias</i>	28.517.440,95	24.890.589,25	28.517.440,95	24.890.589,25	-	-	28.517.440,95	24.890.589,25	
<i>31.90.11-Vencimentos e Vant.</i>	22.904.838,71	19.516.250,41	22.904.838,71	19.516.250,41	-	-	22.904.838,71	19.516.250,41	
<i>31.90.03-Pensionista</i>	7.203.326,43	6.917.678,94	7.203.326,43	6.917.678,94	-	-	7.203.326,43	6.917.678,94	
<i>Demais elementos do grupo</i>	6.031.158,97	5.808.907,78	6.031.158,97	5.808.907,78	-	-	6.031.158,97	5.808.907,78	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
<i>33.90.39/91.39- Out.Serv.Terc.PJ</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>33.90.37-Locação mão-de-obra</i>	3.284.732,91	4.234.588,08	2.895.295,98	3.746.077,73	389.436,93	488.510,35	2.895.295,98	3.746.077,73	

<i>33.90.30-Material de Consumo</i>	1.394.060,62	951.250,22	1.013.951,18	566.849,40	380.109,44	384.400,82	1.013.951,18	566.849,40
<i>Demais elementos do grupo</i>	3.431.978,26	2.382.785,09	3.361.877,76	2.375.285,09	70.100,50	7.500,00	3.361.877,76	2.375.285,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
44.90.51-Obras	1.794.083,66	-	453.643,79	-	1.340.439,87	-	363.119,18	-
44.90.52-Material Permanente	628.871,61	1.939.854,78	463.309,68	1.786.303,86	165.561,93	153.550,92	463.309,68	1.786.303,86
44.90.30-Material de Consumo	228.659,28	-	228.659,28	-	-	-	228.659,28	-
Demais elementos do grupo	63.630,00	-	55.831,00	-	7.799,00	-	55.831,00	-
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

**Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>31.900,00</b>	<b>31.181,92</b>	<b>31.900,00</b>	<b>31.181,92</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	31.900,00	31.181,92	31.900,00	31.181,92
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>25.855,44</b>	<b>139.537,59</b>	<b>25.855,44</b>	<b>139.537,59</b>
k) Pagamento em Folha	25.855,44	136.720,44	25.855,44	136.720,44
l) Diárias	-	2.817,15	-	2.817,15
<b>5. Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>57.755,44</b>	<b>170.719,51</b>	<b>57.755,44</b>	<b>170.719,51</b>

Fonte: SIAFI Gerencial



<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial



#### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa:

Todos os créditos recebidos por esta Unidade através de descentralização de créditos e/ou através de provisões concedidas foram executados dentro do próprio exercício.

A descentralização concedida pelo FNDE, com vistas à aquisição de alimentação, foi executada através de pregão eletrônico.

Quanto à provisão recebida da SPO/MEC, no valor de R\$ 31.900,00, sendo liquidado R\$ 25.855,44, foi para complementar o orçamento de Pessoal e Encargos Sociais do INES, cobrindo gasto da folha de pagamento de dezembro de 2013, com despesas de pensionista.

Em relação ao quadro A.4.1.3.6, no que se refere a despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, não ocorreram nos exercícios de 2013 e 2012.

#### 4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos

##### Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

4.2.1 Análise crítica: Não houve essa ocorrência no período.

#### 4.3 Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

##### Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 15.566.553,52	R\$ 7.904.875,06	R\$ 7.423.541,66	R\$ 238.136,80
2011	R\$ 366.149,30	R\$ 353.799,00	R\$ 12.350,30	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.3.1 Análise crítica:

Em 2013, o INES movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados inscritos em Exercícios Anteriores o montante de R\$ 15.932.702,82, tendo sido cancelado o valor de R\$ 7.435.891,96 e sendo liquidado no valor de R\$ 8.258.674,06, ficando com saldo a pagar para o exercício de 2014, no valor de R\$ 238.136,80.

#### 4.4 Transferências de recursos

##### 4.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

##### Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos									
CNPJ: 00.394.445/0273-01					UG/GESTÃO: 152005/0001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3-Termo Cooperação	s/nº	153163	2.253.552,00	-	1.377.952,00	2.177.952,00	31/08/2012	30/04/2013	4- Concluído

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

**Fonte: Siafi**

#### 4.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

**Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Nacional de educação de Surdos - INES					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0273-01					
<b>UG/GESTÃO:</b>	152005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	1	-	1.377.952,00	800.000,00	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1.377.952,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi

#### 4.4.3 – Informações sobre a prestação de contas relativa aos convênios e de contratos de repasse

**Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
<b>Nome: Instituto Nacional de Educação de Surdos</b>					
<b>CNPJ: 00.394.445/0273-01</b>		<b>UG/GESTÃO: 152005/00001</b>			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	1.530.982,54	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante	-	-	-

		Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI Gerencial					

Repassado para UFSC: R\$ 2.177.952,00; Devolvido: R\$ 646.969,46; Valor Gasto: R\$ 1.530.982,54

**Nota explicativa:** O INES firmou termo de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163 (Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC), em 31/8/2012, no valor de R\$ 2.253.475,31 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), para execução do programa PROLIBRAS. O objetivo do PROLIBRAS é viabilizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino da LIBRAS e de proficiência na tradução da LIBRAS. Repassado o valor de R\$ 2.177.952,00, sendo devolvido o saldo no valor de R\$ 646.969,46 e gasto o valor de R\$ 1.530.982,54. Houve apresentação da prestação de contas do referido repasse.

#### 4.4.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

##### Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Posição 31.12 Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		

	Vencido	s	Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

**Fonte: SIAFI Gerencial**

**Nota Explicativa:** No exercício de 2013, não foram realizados Convênios e Contratos de Repasse pelo Instituto.

**Fonte:** SIAFI Gerencial/Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira - COF

#### 4.5 Suprimentos de fundos

##### 4.5.1 Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo

**Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013					0	-	-
2012					70	11.036,36	11.036,36

2011					35	9.028,98	9.028,98
------	--	--	--	--	----	----------	----------

Fonte: SIAFI Gerencial

**Nota explicativa:** No Exercício de 2013, não foram utilizados suprimentos de fundos através da conta tipo “B” nem através do CPGF.

#### 4.5.2 Suprimento de fundos – conta tipo “B”

**Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)**

Valores em R\$  
1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código UG 1		Nome da UG						
				Total Utilizado pela UG		-		
Código UG 2		Nome da UG						
				Total Utilizado pela UG		-		
				Total Utilizado pela UJ		-		

Fonte:  
COF/INES

**Nota explicativa:** Não houve concessão de suprimento de fundos (Conta Tipo "B")

#### 4.5.3 Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)

**Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em R\$  
1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	152005	Limite de Utilização da UG	R\$ 100.000,00		

<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	-	-
<b>Código da UG 2</b>		<b>Limite de Utilização da UG</b>			
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	-	-
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	-	-

Fonte: COF/INES

**Nota explicativa:** Não houve concessão de suprimento de fundos no exercício de 2013.

#### 4.5.4 Prestações de contas de suprimento de fundos

##### Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							0	-	3	11.036,36	3	9.028,98

Fonte: SIAFI Gerencial

#### 4.5.5 Análise crítica:

Não houve suprimento de fundos no exercício de 2013, através da conta tipo “B” nem através do CPGF.

### 5 Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

#### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

##### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade

###### 5.1.1.1 Lotação

##### Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	512	336	80	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	512	336	80	18
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	510	334	80	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	32	26	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	544	362	80	18

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

#### Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>6</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>11</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	11
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>3</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	-



<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	-
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>20</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

## 5.1.2 Qualificação da força de trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de cargos e funções

**Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	9	9	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	9	1	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	52	38	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	52	37		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>61</b>	<b>47</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

**Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	61	89	52	88	26
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	55	78	47	85	25
1.3. Servidores com Contratos Temporários	6	11	5	3	1
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	3	7	5	25	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	1	2		6	

Superior					
2.3. Funções Gratificadas	2	5	5	19	6
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>64</b>	<b>96</b>	<b>57</b>	<b>113</b>	<b>32</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	0	3	43	78	116	69	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	3	43	70	110	60	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	8	6	9	3
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	1	2	6	3	23	7	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	4	2	2
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	2	6	2	19	5	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>49</b>	<b>81</b>	<b>139</b>	<b>76</b>	<b>11</b>

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)



	2011	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	368.351,97	NA	30.974,93	4.809,85	NA	NA	NA	NA	NA	404.136,75
	2012	329.356,20	NA	26.161,26	4.300,66	NA	NA	NA	NA	NA	359.818,12
	2011	106.354,78	NA	23.874,12	3.924,68	NA	NA	NA	NA	NA	134.153,58
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	434.074,55	291.413,23	256.391,98	NA	157.819,48	NA	NA	NA	NA	1.139.699,24
	2012	409.890,99	260.562,62	229.248,91	NA	141.086,61	NA	NA	NA	NA	1.040.789,13
	2011	132.423,54	181.538,79	159.721,95	118.695,28	NA	128.752,16	NA	NA	NA	721.131,72

**Fonte:** Coordenação de Recursos Humanos e Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (INES)

#### 5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

##### 5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

**Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	375	12
1.1 Voluntária	337	12
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	37	-
1.4 Outras	1	-
<b>2. Proporcional</b>	35	1
2.1 Voluntária	28	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	4	1
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	410	13

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

##### 5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

**Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	160	4
1.1. Integral	153	-
1.2. Proporcional	7	-
<b>2. Em Atividade</b>	31	1
<b>3. Total (1+2)</b>	191	5

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

#### 5.1.5 Cadastramento no SISAC

##### 5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

**Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	101	3	101	0
Concessão de aposentadoria	25	14	25	6
Concessão de pensão civil	10	3	10	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>136</b>	<b>20</b>	<b>136</b>	<b>6</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 5.1.5.2 Atos sujeito à comunicação ao TCU

**Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	26	14	26	10
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>26</b>	<b>10</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	-	-	101
Concessão de aposentadoria	-	-	-	25
Concessão de pensão civil	-	-	-	10
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-

Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>136</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	-	-	-	26
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

#### 5.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

##### Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

#### 5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313588/001, de 22 de outubro de 2013, a Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada por três professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio-administrador; e/ou Tesoureiro.

Procedemos à análise das ocorrências constantes das planilhas e informamos à CGU sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares, de nº 23121.002123/2013-37; n.º 23121.002130/2013-39 e n.º 23121.002126/2013-71, a fim de apurar possíveis irregularidades, que se encontram na fase de instrução.

#### 5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313588/001, de 22 de outubro de 2013, a Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada por três professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente;

e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio administrador; e/ou Tesoureiro.

Procedemos à análise das ocorrências constantes das planilhas e informamos à CGU sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares, de nº 23121.002123/2013-37; nº 23121.002130/2013-39 e nº 23121.002126/2013-71, a fim de apurar possíveis irregularidades, que se encontram na fase de instrução.

### **5.1.8 Indicadores gerenciais de recursos humanos**

#### **1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto**

**Objetivo:** aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

**Horizonte:** diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos terceirizados dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

**Resultados e análise crítica:** Ao final de 2013, todo o quadro técnico administrativo do INES, nos termos da legislação vigente, já era composto exclusivamente de servidores efetivos concursados. O INES alcançou a meta, em cumprimento à legislação vigente e às indicações dos órgãos de controle.

#### **2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES**

**Objetivo:** aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

**Horizonte:** ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais ou com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

**Observação:** Em 2014, serão criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador. O ingresso de significativo número de servidores surdos concursados que se deu em 2013 e se dará em 2014 motivará um esforço de capacitação em Libras dos servidores ouvintes.

#### **3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES**



**Objetivo:** mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

**Equação básica:** índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a  $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$  dividido por  $G + A + E + M + D$ , onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

**Observação:** Em 2013 teve início um levantamento detalhado, inclusive para nortear a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES e seu Programa de Apoio.

#### **4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação**

**Objetivo:** aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

**Horizonte:** ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

**Equação básica:** número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

**Observação:** Em 2013, teve início a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES. Iniciadas as medidas de incentivo e apoio, o Instituto deverá criar instrumentos para aferir este Indicador.

### **5.2 Terceirização de mão de obra empregada e estagiários**

#### **5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão**

##### **Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Assistente Educacional de LIBRAS	0	14	23	-	14
Intérprete de LIBRAS	0	25	25	-	25

Instrutor de LIBRAS	0	16	16	-	16
Nutricionista	0	1	1	-	1
Coordenador de Suporte	1	1	1	-	-
Analista de Suporte	5	5	5	-	-
Programador	0	2	2	-	-
Analista de Tecnologia	1	1	1	-	-
Analista de Sistemas	3	1	1	-	-

#### **Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão**

Por meio da Portaria MPOG n.º 450, de 28/09/2012 (DOU) de 19/09/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (LIBRAS), para o cargo de Tradutor e Intérprete de LIBRAS e para o cargo de Nutricionista, para substituição de trabalhadores terceirizados que desempenham atividades não previstas no Decreto n.º 2.271/1997. O Edital n.º 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/03/2013. Os candidatos foram convocados, sendo que 22 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (LIBRAS) tomaram posse e estão em pleno exercício; 33 Tradutores e Intérpretes de LIBRAS tomaram posse e, também, estão em pleno exercício. Consequentemente, e em conformidade com a Portaria de n.º 450/2012, os trabalhadores terceirizados das categorias de Assistente Educacional de LIBRAS, Tradutor e Intérprete de LIBRAS, Instrutor de LIBRAS e Nutricionistas foram dispensados em 31/12/2012.

**Fonte:** Gerência de Contrato do INES/ Departamento de Planejamento e Administração/ Portaria MPOG n.º 450, de 28/09/2012

### **5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados**

#### **Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados**

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Instituto Nacional de Educação de Surdos	Port. MPOG n.º 450	18/09/2012	<b>96</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos	Port. MPOG n.º 242	05/07/2013	<b>55</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos	Port. MPOG n.º 344	27/09/2013	114

**Fonte:** Coordenação de Recursos Humanos – DEPA/INES

### **5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada**

#### **Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante							
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS							
UG/Gestão: 152005/00001				CNPJ: 00.394.445/0273-01			
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.

					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2011	L	O	N° 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2012	17/02/2013	27	27				
2009	V	O	N° 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	30/04/2013	32	32				
<b>Observações:</b>												
<b>LEGENDA</b>												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração

## 5.2.4 Informação sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

### Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS														
UG/Gestão: 152005/00001							CNPJ: 00.394.445/0273-01							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	3	O	Nº 11/2009	03.372.304/0001-78	30/04/2009	0/04/2014	32	32						P
2009	14	O	Nº 34/2009	04.075.315/0001-59	05/08/2009	04/08/2012			25	25				E
2009	14	O	Nº 37/2009	04.075.315/0001-59	01/10/2009	30/09/2012			25	25				E
2010	8	O	Nº 14/2010	32.155.798/0001-37	10/05/2010	10/05/2014	1	1	1	1				P
2010	12	O	Nº 23/2010	29.000.841/0001-80	21/06/2010	19/06/2014	3	3						P
2010	14	O	Nº 25/2010	04.075.315/0001-59	02/07/2010	02/07/2012			16	16				E
2010	4	O	Nº 26/2010	04.057.771/0001-76	02/07/2010	01/07/2014	5	5						P
2011	1	O	Nº 13/2011	29.000.841/0001-80	17/02/2011	16/02/2015	27	27						P
2011	12	O	N 14/2011	06.098.311/0001-11	01/03/2011	28/02/2014	3	2						P
2011	7	O	Nº 15/2011	04.075.315/0001-59	01/03/2011	01/03/2012			7	7				E
2011	1	O	Nº 22/2011	07.710.046/0001-43	31/05/2011	31/05/2012	7	7						P
2011	5	O	Nº 31/2011	58.069.360/0001-20	26/07/2011	26/07/2014			6	6				P
2011	5	E	Nº 47/2011	58.069.360/0001-20	01/11/2011	01/03/2012			2	2	2	2		E
2012	14	O	Nº 11/2012	09.186.082/0001-85	28/05/2012	27/05/2014	17	17						P
2012	5	O	Nº 12/2012	32.185.480/0001-07	25/06/2012	24/06/2014					1	1		P
2012	5	O	Nº 13/2012	32.203.135/0001-40	25/06/2012	24/06/2014					3	3		P
2012	14	O	Nº 08/2012	27.815.174/0001-69	06/03/2012	05/03/2014			5	5				P

2013	5	O	Nº 4/2013	14.793.641/0001-55	01/03/2013	28/02/2015			23	23			P
2013	12	O	Nº24/2013	03.358.040/0001-06	11/09/2013	10/09/2014			18	18			P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Gerência de Contrato do INES/Departamento de Planejamento e Administração

### 5.2.5 Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

O INES manteve os contratos necessários em áreas de apoio, não finalísticas, em atendimento aos dispositivos legais vigentes.

### 5.2.6 Composição do quadro de estagiários

**Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	0	0	0	0	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	0	0	0	0	-

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração (INES)

**Nota explicativa:** O INES não contou com estagiários em 2013.

## 6. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

### 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

#### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
  - Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950;
  - Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;
  - Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994, do Ministério do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;

- Lei 8.112/90.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos disponíveis são vitais para o pleno funcionamento do Instituto. Por meio da sua frota veicular, o INES assegura o atendimento de todas as suas demandas logísticas. Considerando os seus 11.000m<sup>2</sup> de área edificada e seus 44.000m<sup>2</sup> de área geográfica, destaca-se e ratifica-se como iniciativa pioneira a aquisição, em 2011, do Carro Elétrico, movido a bateria elétrica recarregável, utilizado para o transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, consoante a matéria disposta no Decreto de nº 5.296/2004.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSIFICAÇÃO	QUANT	GRUPO
Renault	Logan Sedan	2007/2008	Flex	XP 1129	Veículo de serviço	01	IV-A
Renault	Logan Sedan	2013	Flex	KPW3406	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Kombi	2008/2009	Flex	KNT 4433	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Parati	2005	Flex	KQQ 2647	Veículo de serviço	01	IV-A
ZC 2068 6P, com 01 cadeirante.	Veículo Elétrico Obs. Fabricado sob encomenda.	2011	Bateria Recarregável	LUX 9656	Veículo de serviço utilizado para transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004	01	IV-A
Agrale	Micro ônibus	2007/2008	Diesel	KUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D
Fiat	Van-Ducato	2007/2008	Diesel	LUV 9886	Veículo de uso coletivo, adaptado com plataforma elevatória, com vistas ao transporte de cadeirante. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004.	01	IV-D
Fiat	Van Ducato	2010	Diesel	LUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

<b>Grupo</b>	<b>Veículo</b>	<b>Média de km</b>
IV-A	Logan sedan	<u>5.445KM</u>
	Kombi	<u>13.039KM</u>
	Parati	<u>10.578KM</u>
	Carro elétrico	<u>Não dispõem de hodômetro</u>
	Logan Sedan	<u>415KM</u>
IV-D	Ônibus	<u>2.099KM</u>
	Van LLM 5271	<u>4.662KM</u>
	Van LUV 9886	<u>10.154KM</u>

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

<b>Grupo</b>	<b>Média</b>
IV-A	5, 5 anos
IV-D	4,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: R\$ 14.793,65
- Manutenção de Veículos: R\$ 15.726,16
- DPVAT: R\$ 1.055,19
- Seguro dos Veículos: R\$ 3.704,92
- Acessórios para Veículos:
- ✓ Instalação de Plataforma Elevatória para Acessibilidade: R\$ 21.995,00
- Total: R\$ 52.274,92



- g) Plano de substituição da frota;  
Está em fase elaboração o plano de diretrizes para a substituição de veículos. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização.
- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;  
Atividades fins e meios da Instituição.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.  
Adoção de todos os procedimentos de segurança que garantam a utilização da frota de veículos.

**Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;  
Não se aplica no caso do INES.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;  
Não se aplica no caso do INES.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;  
Não se aplica no caso do INES.
- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;  
Não se aplica no caso do INES.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;  
Não se aplica no caso do INES.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;  
Não se aplica no caso do INES.

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;  
Não se aplica no caso do INES.
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;  
Não se aplica no caso do INES.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;  
Não se aplica no caso do INES.
- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.  
Não se aplica no caso do INES.

## 6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

### 6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

**Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 - RIO DE JANEIRO	Σ	Σ
	Rio de Janeiro	9	9
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		

	município 2		
	município "n"		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>9</b>	<b>9</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>9</b>	<b>9</b>

Fonte: SPIUnet/Serviço de Patrimônio/INES

## 6.2.2 Distribuição dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

### Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
152005	600100390.500-5	21	3	120.429.991,00	14.01.2005	173.735.968,71		
152005	600103032.500-6	Locação para terceiros	3		18.01.2013	218.962,73		
152005	600104260.500-9	Locação para terceiros	3		18.01.2013	382.820,02		
152005	600104666.500-6	Em regularização - outros	3		18.01.2013	221.904,93		
152005	600104667.500-1	Em regularização	3		18.01.2013	428.133,88		

		- outros						
152005	600104668.500-7	Em regularização - outros	3		18.01.2013	181.710,02		
152005	600104669.500-2	Em regularização - outros	3		18.01.2013	181.710,02		
152005	600104670.500-8	Em regularização - outros	3		18.01.2013	250.362,86		
152005	600104671.500-3	Em regularização - outros	3		18.01.2013	246.423,86		
<b>Total: Total: 175.847.997,03</b>							-	-
<b>Fonte: SPIUnet</b>								

### 6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

**Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
<b>Ocupados</b>							
<b>Vazios</b>							
<b>Total</b>						-	-
<b>Fonte:</b>							

**Nota explicativa:** O INES não tem sob sua responsabilidade imóveis funcionais da União.

### 6.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

**Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA			
BRASIL	<b>UF 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	<b>UF “n”</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>		$\Sigma$	$\Sigma$
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		$\Sigma$	$\Sigma$
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		$\Sigma$	$\Sigma$
<b>Fonte:</b>			

**Observação:** O INES não tem sob sua responsabilidade bens imóveis locados de terceiros.

## 7. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento

### 7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

#### Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a

	respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
x	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).

	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	



### 7.1.1 Análise Crítica:

Em dezembro de 2012, foi lançado Concurso Público que incluiu o provimento de 03 vagas para o cargo de Analista de Tecnologia da informação. No entanto, até a presente data, apenas 02 Analistas assumiram o cargo, ainda persistindo o não preenchimento da terceira vaga. Não obstante estivéssemos com a expectativa de recebimento de mais vagas para o exercício de 2013, o mesmo não aconteceu.

Dessa forma, o corpo técnico de profissional desta natureza ainda está aquém do necessário, considerando o compromisso institucional do INES em participar diretamente do Programa *Viver Sem Limite*, da Presidência da República, que prevê a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade a distância para 10 polos distribuídos pelo Brasil, além do polo central situado na própria sede deste Instituto. Mesmo assim, cumpre-nos destacar a implantação do Sistema Acadêmico - SIGA, utilizados por outras instituições públicas de ensino superior. Por outro lado, por meio da Portaria MPOG nº. 242, de 04/07/2013 obtivemos autorização para realização de concurso público para o provimento de 5 vagas para o cargo de Técnico de Tecnologia da Informação (Ensino Médio).

Conforme já relatado, a Portaria INES nº. 150, de 05 de junho de 2012, publicada no Boletim de Serviço nº. 06/2012, designou servidores efetivos e qualificados para composição da Comissão Responsável pela Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do INES, cujas tratativas estão em andamento. Conforme citado no relatório de 2012, foi desenvolvido o novo portal do INES com as adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação, que está em fase de validação e ajustes. Vale a pena ratificar as consolidações de parceria do INES com as seguintes instituições: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa/Rede COMEP, que conforme já relatado disponibilizou um novo link de internet com velocidade de 1 Gbps em substituição ao anterior de apenas 6Mbps. Esse redimensionamento de sinal de internet possibilitará a utilização e acessibilidade de todas as demandas inerentes à Tecnologia da Informação, inclusive a veiculação de conteúdos em vídeo para pessoas surdas, bem como a inevitável e desejável implantação da modalidade de ensino a distância.

## 8. Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

### 8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

**Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			



<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	<b>Por meio de palestras, cartazes.</b>				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p>	<b>x</b>				
<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>					
<p>Considerações Gerais: Considerações Gerais: Conforme já relatado anteriormente, algumas iniciativas foram implementadas em relação à Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, como, por exemplo, a aquisição de material biodegradável e a aquisição de veículo elétrico leve para transporte interno de alunos com sérias limitações de locomoção, conforme preconiza o Decreto de nº. 5296/2004. Além disso, registra-se que no instrumento inaugural das licitações são inseridas as considerações referentes aos critérios de sustentabilidade. Ainda assim, reconhecemos que os indicadores relativos à temática analisada precisam ser aprimorados.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

**Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

<b>Adesão a Programas de Sustentabilidade</b>		
<b>Nome do Programa</b>	<b>Ano de Adesão</b>	<b>Resultados</b>
Projeto Esplanada Sustentável do MEC	2013	Redução do consumo de 2013 em relação a 2012

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	930	1020	1240	13.020,00	13.220,00	14.880,00
Água	38.737	43.993	45.926	542.501,35	458.318,09	472.000,00
Energia Elétrica	659.400	697.300	697.600	340.000,00	338.773,49	318.137,68
			<b>Total</b>	895.521,35	810.311,58	805.017,68

Fonte: SIAFI Gerencial

### Análise crítica:

Quanto ao consumo de papel houve uma pequena redução no quantitativo apurado. Quanto ao consumo de água, alcançamos uma pequena redução, observando:

- a manutenção das instalações de água, a fim de corrigir eventuais vazamentos;
- a projeção de obras de restauração ou reparo do conjunto arquitetônico do INES considerando sempre a preservação dos recursos naturais na especificação dos itens a serem adquiridos, observadas as extensas dimensões e as antigas edificações do Instituto, tombado pelo Patrimônio Estadual (torneiras, descargas, etc.);
- o aprimoramento contínuo da execução dos serviços de limpeza e conservação das instalações prediais;
- o trabalho permanente de conscientização e motivação atitudinal de servidores e alunos.

No tocante ao consumo de energia elétrica, atingimos uma pequena redução no quantitativo apurado, observando:

- a grande revisão e restauração das instalações elétricas do INES, cujo parque de equipamentos se expandiu de maneira significativa e ao longo dos últimos anos. Os trabalhos desenvolveram-se a partir de 2012 e serão concluídos no exercício de 2014, os quais contribuirão substancialmente para a segurança e para a economicidade da Instituição, consoante os preceitos das ações de sustentabilidade;
- a aquisição de equipamentos que demandam a utilização de energia elétrica, buscando precisão na especificação que indicam a economia de energia – como o Selo Procel. Como exemplo citamos a aquisição de 50 refletores sem eletrodo de indução de 200w, com 100.000 horas de vida, 100V~300V. 5000k, 18000 lumens e 34200 lumen pupilar, com substituição de refletor vapor sólido de até 400W, e também, a aquisição de 400 lâmpadas de indução, altamente sustentáveis;
- a utilização do modo de economia de energia nos computadores e estações de trabalho;
- a verificação diária de desligamento dos equipamentos e interruptores na saída dos respectivos recintos de trabalho.

## 9. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

### 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão TCU

**Nota explicativa:** Não houve ocorrências no período.

#### 9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

**Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a regularização dos imóveis ocupados atualmente por pessoas estranhas ao quadro funcional do Instituto, buscando, se necessário, a ação do Ministério da Educação solicitada no Ofício INES nº, 07243/2008-34 e outros posteriores porventura emitidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					

Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET. Destes, 04 estão ocupados por servidores na ativa, com autorização da Direção Geral do Instituto, conforme termos de compromisso. Com relação a estes, o ofício n°. 078/2013 foi enviado à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação desta documentação e se há ainda alguma providência a ser adotada no sentido da regularização. Três imóveis encontram-se irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício n°. 015/2013, de 17 de janeiro, para a Procuradoria Regional da União solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de N°. 0178/25/2013-PRU/RJ a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de N°. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013 e reenviada por meio do Ofício de N°. 064/2014/GAB/INES, datado de 24/02/2014. Em relação aos imóveis ocupados por servidores da ativa, em 15 de agosto de 2013, em virtude da inexistência de resposta, o assunto foi reiterado através do Ofício 429/2013. Persistindo a ausência de resposta, realizamos nova reiteração por meio do Ofício de N°. 684/2013/GAB/INES, recebido pela GRPU/RJ, sob a inscrição do protocolo de n°. 04967020366/2013-61. O oitavo e último imóvel encontra-se desocupado. No que tange às demandas sob responsabilidade do INES, junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumprida a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão N°. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

Imóveis cadastrados no SPIUNET. Ofícios para a GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da documentação e ofícios para a PRU solicitando providências para reintegração de imóveis irregularmente ocupados.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto, bem como a morosidade para obter respostas aos questionamentos do Instituto.

<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
2	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.2	DE	Ofício n°. 2342/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
<b>Descrição da Deliberação</b>					

Adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro, no sentido de regularizar o cadastro no SPIUNET dos imóveis pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES referentes às 6 casas não cadastradas nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração	
Síntese da Providência Adotada	

Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET. No que tange às demandas sob responsabilidade do INES, junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumprida a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão Nº. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

Síntese dos Resultados Obtidos
--------------------------------

Imóveis cadastrados no SPIUNET.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
---

Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.3	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a transferência, no Sistema SPIUNET e outros cabíveis, de duas casas funcionais, nº 04 e 14, erroneamente cadastrados na gestão da Gerência Regional do Patrimônio da União no Rio de Janeiro – GRPU/RJ, embora pertençam ao conjunto arquitetônico do INES.					
Providências Adotadas					

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento e Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	

Todos os imóveis 08 chamados "funcionais" já se encontram devidamente cadastrados no SPIUNET. No que tange às demandas sob responsabilidade do INES, junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumprida a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão N°. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
---------------------------------------

Imóveis cadastrados no SPIUNET.

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.4	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a atualização do valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, cuja data de validade expirou em 14/01/2007.					
Providências Adotadas					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento e Administração					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					



O valor do imóvel principal do Instituto, RIP 6001.02666.500-0, foi atualizado no SPIUnet em 31/07/2012, passando de R\$ 120.429.991,00 para R\$ 175.847.997,03, com base no índice IPCA, conforme orientação da Gerência de Patrimônio da União do Rio de Janeiro. A próxima avaliação se dará em 31/07/2014. No que tange às demandas junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos, também, que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumpridas a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão N°. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Imóvel reavaliado.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Como ponto negativo, cabe ressaltar a dificuldade em coletar e analisar a documentação relativa à história do imóvel ocupado pelo Instituto. Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.5	DE	Ofício n°. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Realizar o inventário de bens móveis e imóveis do Instituto, com a periodicidade e mecanismos estabelecidos por toda a legislação pertinente, por meio de Comissões formalmente designadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobre Física, Sobre Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de Nº. 695/2013/DG/INES. Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados. Com relação às providências para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, foi iniciado processo visando à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação. O referido processo de nº. 23121.000020/2014-13 foi encaminhado à Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, com vistas à devida análise jurídica. No que tange às demandas junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumpridas a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão Nº. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Inventário de 2012/2013 realizado. Inventário de 2014 em andamento.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Como ponto negativo, cabe ressaltar a pouca disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a realização dos inventários. Salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, incluindo profissionais com formação na área da Contabilidade Pública.

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.6	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Providenciar a substituição do pessoal terceirizado responsável pelas atividades ligadas ao ensino, disseminação e aplicação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, cuja inserção na carreira de Professor da Educação Básica Federal já se dá desde 2005, com o Decreto nº. 5.626/2005.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração
<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Por meio da Portaria MPOG n°. 450, de 28/09/2012 (DOU de 19/09/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para as aludidas categorias, dentre outras. O Edital n°. 90/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/03/2013. Todo o processo seletivo foi concluído e os candidatos foram convocados para nomeação, posse e exercício. Assim, de 37 vagas oferecidas, 22 professores tomaram posse. Por outro lado, os trabalhadores terceirizados listados acima foram dispensados em 31/12/2012. No que tange às demandas junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumpridas a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão N°. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Substituição de profissionais terceirizados por servidores do quadro efetivo do Instituto, que estão nas áreas ligadas ao ensino, disseminação e aplicação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, ou seja, área fins da Instituição.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Como ponto positivo, destacamos parte da recomposição do quadro de pessoal do INES, por meio de provimento efetivo. Como ponto negativo, salientamos que não obtivemos candidatos aprovados em número suficiente para o provimento de todas as vagas de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (LIBRAS).

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.7.7	DE	Ofício n°. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
Efetivar o devido planejamento anual de cursos de capacitação de seu pessoal, evitando a realização de curso em outras cidades, que estejam disponíveis no Rio de Janeiro, evitando gastos desnecessários e atentando para o estrito cumprimento do Decreto n°. 5707/2006 e da Portaria MPOG n°. 208/2006 ou outros mecanismos legais e normativos correlatos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração
<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Em 2012, foi discutido coletivamente, elaborado, aprovado em Conselho Diretor e publicado - Portaria 308, de 30/11/2012, publicada no Boletim de Serviço nº. 11/2012 - o Plano Anual de Capacitação do INES e seu respectivo Programa de Apoio à Capacitação de Servidores. No início de 2013, foi constituída a Comissão Permanente de Acompanhamento da Capacitação - CPAC, que dentre atividades para o cumprimento dos dispositivos legais acima citados, realizou um trabalho de mapeamento das áreas que demandaram capacitação no âmbito do INES. A atividade foi realizada por meio de formulário-padrão encaminhados à todas a unidades funcionais do INES. Além disso, a citada Comissão vem exercendo a importante função de assistencial de analisar os pedidos de capacitação originados dos diversos setores do INES. No que tange às demandas junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumprida a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão Nº. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Efetividade nos gastos de recursos públicos para fins de capacitação; Maior conscientização por parte dos servidores, no tocante as normas que devem ser seguidas; Dinâmicas de compartilhamento dos conhecimentos adquiridos; Estabilidade organizacional na condução de solicitações de capacitação, uma vez que a Comissão de Permanente de Capacitação - CPAC atua senão com certa neutralidade, pelo menos com segura imparcialidade.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Como ponto positivo, destacamos a efetividade no cumprimento das normas vigentes relativas ao processo de capacitação, diagnóstico institucional ou mapa de área que demandarão ações de capacitação.

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.6	DE	Ofício nº. 2342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					

<p>Buscar o reforço da atuação da área de Tecnologia da Informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já alocado a essa área, implantação dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação e também busca de orientação ministerial para alinhamento a políticas unificadas no setor.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Por meio da Portaria MPOG nº. 450, de 28/09/2012 (DOU de 19/09/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para provimento de 03 cargos de Analista de Tecnologia da Informação. O Edital nº. 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/03/2013. Dessa forma, tomaram posse e estão em exercício, apenas, 02 analistas, sendo que o último em novembro/2012.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<p>A nomeação de 03 técnicos da área de Tecnologia da Informação possibilitará o início da composição do quadro de pessoal da área no Instituto e a implantação efetiva dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação. No entanto, para que isso aconteça, é necessária pelo menos a composição exata da equipe de analistas, que até o final do exercício de 2013, não ocorreu. Mesmo assim, temos investido nas propostas de capacitação de profissionais do quadro do INES que atuam nesse campo, a fim de aprimorar o desenvolvimento de suas competências individuais. Muitas destas capacitações ocorreram em parceria com Instituições ligadas à área de TI; REDE COMEP/RNP.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
<p>Como ponto positivo, destacamos o investimento em atividades de capacitação e, como ponto negativo, destacamos a ausência de quadro de pessoal da área de TI, sobretudo pelo não preenchimento das vagas oferecidas, decorrente de pedidos de exoneração dos servidores recém-nomeados por motivo de aprovação em outros concursos públicos. Além disso, a insuficiência de profissionais desta área, tendo em vista as inúmeras ações assumidas pelo INES: PROLIBRAS, Programa Viver Sem Limite.</p>	

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

### 9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

#### Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.6	DE	Ofício nº 2.342/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Buscar o reforço da atuação da área de Tecnologia da Informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já alocado a essa área, implantação dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação e também busca de orientação ministerial para alinhamento a políticas unificadas no setor.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Por meio da Portaria MPOG nº. 450, de 28/09/2012 (DOU de 19/09/2012), obtivemos autorização para realizar concurso público para provimento de 03 cargos de Analista de Tecnologia da Informação. O Edital nº. 09/2012 foi publicado no DOU de 04/12/2012 e a homologação do concurso foi publicada no DOU de 20/03/2013. Dessa forma, tomaram posse e estão em exercício, apenas, 02 analistas, sendo que o último em novembro/2012. A nomeação de 03 técnicos da área de Tecnologia da Informação possibilitaria o início da composição do quadro de pessoal da área no Instituto e a implantação efetiva dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação. No entanto, para que isso acontecesse, seria necessária pelo menos a composição exata da equipe de analistas, algo que, até o final do exercício de 2013, não ocorreu. Mesmo assim, temos investido nas propostas de capacitação de profissionais do quadro do INES que atuam nesse campo, a fim de aprimorar o desenvolvimento de suas competências individuais. Muitas destas capacitações ocorreram em parceria com Instituições ligadas à área de TI; Rede COMEP/RNP.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Como ponto positivo, destacamos o investimento em atividades de capacitação e, como ponto negativo, destacamos a ausência de quadro de pessoal efetivo na área de TI, sobretudo pelo não preenchimento das vagas oferecidas, decorrente de pedidos de exoneração dos servidores recém nomeados por motivo de aprovação em outros concursos públicos. Além disso, a insuficiência de profissionais desta área, tendo em vista as inúmeras ações assumidas pelo INES: PROLIBRAS, Programa <i>Viver Sem Limite</i> , TV INES.					

## 9.2 Tratamento de recomendações do OCI

### 9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

### Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
<p>Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001. adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento **desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ.**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação.

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 04	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Elaborar rotinas administrativas no sentido de estabelecer mecanismos de controle relacionados à gestão de patrimônio do INES.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento e Administração			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			



Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N°. 695/2013/DG/INES. Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que encontra-se em fase de depuração de dados. Com relação às providências para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, foi iniciado processo visando à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação. O referido processo de n°. 23121.000020/2014-13 foi encaminhado à Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, com vistas à devida análise jurídica. No que tange às demandas junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, registramos que aquele egrégio órgão de fiscalização considerou cumpridas a determinação aqui tratada, por meio do Acórdão N°. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara. Vale a pena registrar que por meio da Nota Técnica de N°. 321/2014/NAC3/GAB/CGU/-Regional está recomendação foi considerada como atendida.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

Inventário de 2012/2013 realizado. Inventário de 2014 em andamento. Recomendação atendida, conforme Nota Técnica de N°. 321/2014/NAC3/GAB/CGU/-Regional/RJ.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Como ponto negativo, cabe ressaltar a pouca disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a realização dos inventários. Salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, incluindo profissionais com formação na área da Contabilidade Pública.

#### **Recomendações Expedidas pelo OCI**

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 05	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
<b>Descrição da Recomendação</b>			

Designar comissão de inventário para elaboração do inventário dos bens móveis e imóveis do INES, em cumprimento à legislação pertinente.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento e Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado e tratado através de conciliação físico-contábil. Este banco de dados foi enviado para a CGU 03/12/2013, por meio do Ofício de Nº. 695/2013/DG/INES.. Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que encontra-se em fase de depuração de dados. Com relação às providências para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, foi iniciado processo de nº. 23121.000020/2014-13, visando à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação. O referido processo encontra-se em análise jurídica.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Inventário de 2012/2013 realizado. Inventário de 2014 em andamento. Recomendação atendida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como ponto negativo, cabe ressaltar a pouca disponibilidade de mão-de-obra qualificada para a realização dos inventários. Salientamos a necessidade de ampliação da força de trabalho dedicada ao gerenciamento do patrimônio da Instituição, incluindo profissionais com formação na área da Contabilidade Pública.	

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 06	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Providenciar a avaliação do imóvel do INES referente ao RIP 3001.02666.500-0, cuja data de validade expirou em 14/01/2007.			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento e Administração	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
O valor do imóvel foi atualizado em julho de 2012, com base no IPCA, conforme orientação recebida da GRPU/RJ. A próxima atualização do valor deverá ser feita em 31/07/2014.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
O valor do imóvel foi atualizado em julho de 2012, com base no IPCA, conforme orientação recebida da GRPU/RJ. A próxima atualização do valor deverá ser feita em 31/07/2014. Recomendação atendida.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como ponto positivo, salientamos o estreitamento do relacionamento com a GRPU/RJ, o que tem contribuído para o esclarecimento e orientação na tomada de providências.	

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

## 9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

### Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			

Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001. adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.

#### Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração	

#### Síntese da Providência Adotada

Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Três imóveis encontram-se irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013/GAB/INES, de 17 de janeiro/2013, para a Procuradoria Regional da União solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de Nº. 0178/25/2013-PRU/RJ, datado de 04/02/2013 a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de Nº. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013. Por razões externas, a referida Procuradoria solicitou o reenvio da documentação citada por meio do Ofício nº. 1154/25/2014-PRU/RJ/CPAM, datado de 19/02/2014. Assim, o INES reenviou toda a documentação solicitada, por meio do Ofício de Nº. 064/2014GAB/INES, datado de 24/02/2014.

#### Síntese dos Resultados Obtidos

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Retomada com o reenvio de documentos solicitados pela Procuradoria Regional da União, para as tratativas relativas à desocupação dos imóveis utilizados irregularmente.

#### Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação. Descontinuidade de tratativas junto à Procuradoria Regional da União.

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

### 9.3 Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna

**Nota explicativa:** O INES não possui unidade de auditoria interna. No entanto, vale a pena ressaltar que, no ano de 2013, foi realizado por alguns servidores o Curso de Controle e Auditoria Interna, na modalidade a distância, como iniciativa pioneira, com vistas ao desdobramento dos trabalhos futuros.

### 9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93

#### 9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações importas pela Lei 8.730/93

**Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	47	-	47
	Entregaram a DBR	47	-	47
	Não cumpriram a obrigação	0	-	0

Fonte A Coordenação de Administração de Recursos Humanos (Departamento de Planejamento e Administração, INES) declarou que os integrantes do Rol de Responsáveis estão em dia com a entrega das Declarações de Bens e Rendas, nos termos da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

### 9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

**Nota explicativa:** Em 2013, não houve danos ao erário no âmbito da responsabilidade desta unidade.

## **9.6 Alimentação SIASG e SICONV**

### **DECLARAÇÃO**

Eu, ALVANEI DOS SANTOS VIANA, CPF nº 037.550.507-57, Diretor do Departamento de Planejamento e Administração – DEPA do INES declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

**ALVANEI DOS SANTOS VIANA**

**CPF: 037.550.507-57**

**Diretor do Departamento de Planejamento e Administração – DEPA / INES**

## **10 Relacionamento com a sociedade**

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Em sintonia com esse dispositivo, o PDI INES 2012-2016 contempla, como um dos objetivos estratégicos da Instituição, “construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva (...) do bom atendimento ao cidadão; da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas”.

Em 2013, foram implantados a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em ambos os serviços, são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.

Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Houve 8 (oito) atendimentos em 2013, a maior parte (43%) para o Colégio de Aplicação, dirigida a usuários indiretos (familiares de alunos surdos). Na sequência, aparecem cidadãos atendidos em nossa Divisão de Audiologia, nesse caso, usuários diretos (29%). Completam o quadro de atendimentos uma solicitação relacionada ao Ensino Superior (14%) e uma relacionada a um episódio de atendimento telefônico, que deu origem a uma medida saneadora de orientação dos servidores da Portaria em relação aos principais serviços ofertados aos cidadãos e respectivos ramais de contato

e servidores responsáveis. Igualmente, encontra-se em funcionamento a Ouvidoria do Servidor, que recebe e encaminha demandas de cidadãos servidores públicos.

Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, houve 42 solicitações recebidas e respondidas sobre os temas: materiais do INES (43%); informações sobre o Instituto (26%); direitos e legislação (14%); exame Prolibras (7%); curso Letras-Libras (7%) e concursos públicos do INES (3%).

A TV INES, lançada em abril de 2013, é a primeira Web TV bilíngue do Brasil – Libras e Língua Portuguesa – e pioneira também no mundo. A partir de 2014, projeta-se a criação de interfaces com as principais redes sociais e o recebimento de mensagens, o envio de conteúdos e principalmente a avaliação da programação por parte dos cidadãos telespectadores.

## **11 Informações contábeis**

### **11.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**

No âmbito deste Instituto, importante trabalho vem sendo feito no sentido de implementar as disposições da NBC T 16.9, que *“estabelece os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão”* e da NBC T 16.10 que *“estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público”*.

Esta Unidade Jurisdicionada (UJ) ainda não está aplicando os dispositivos contemplados nas NBC T 16.9 e 16.10, em função de não ter disponível base sistêmica/solução técnica de TI confiável para os cálculos necessários.

A aplicação dos dispositivos acima mencionados está condicionada a existência de uma ferramenta sistêmica totalmente confiável de bens da UJ, devidamente atualizada, para fins de processamento de cálculos contábeis. Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobre Física, Sobre Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N.º. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado. Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados. Assim, para a implantação dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, também tomamos as providências necessárias para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, tendo como a primeira etapa a realização de instrução processual, cujo objeto detém-se à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação. O referido processo de n.º. 23121.000020/2014-13 foi encaminhado à Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro no dia 20/03/2014, com vistas à devida análise jurídica. Cabe ainda ressaltar que todas as pendências relativas ao processo de inventário do INES, junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, foram consideradas cumpridas, por meio do Acórdão N.º. 4699/2013 - TCU - 2ª Câmara.

De acordo com a NBC T 16.9 – Depreciação, amortização e exaustão, “vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo”. Seguindo a mesma linha, a Macrofunção 020330 – Orientações Normativas Acerca da Depreciação de Bens Móveis e Avaliação de Bens Imóveis/SIAFI, em seu item 27, reporta-se à “necessidade de padronização de critérios para os órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis”, estabelecendo para cada conta contábil, a vida útil dos bens e o seu valor residual (compondo tabela apresentada no mesmo item). Ciente dos procedimentos estabelecidos e reconhecendo a necessidade de se avançar nesta demanda de trabalho, quando em condições favoráveis de realização do processo de mensuração de vida útil econômica do ativo, neste Instituto os trabalhos tomarão por base as informações extraídas da referida tabela para definição da vida útil remanescente dos bens em análise. Num primeiro momento, iremos considerar a data de aquisição dos bens e verificaremos quanto tempo faltaria para que os bens completassem o período a vida útil ali definido. Este período complementar será indicado como de vida útil remanescente.

Como metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão, serão considerados os critérios e os parâmetros estabelecidos nas NBC T 16.9 e na NBC T 16.10, bem como as orientações estabelecidas na Macrofunção 020330, conforme já relatadas.

Em relação às taxas utilizadas para os cálculos, esclarecemos que a Comissão instituída para os fins necessários seguirá as orientações normativas contidas na Macrofunção 020330, na realização de seus trabalhos, portanto, as taxas utilizadas no cálculo da depreciação dos bens móveis registrados nas diferentes contas serão aquelas estabelecidas em seu item 27.

Em linhas gerais, na ocasião de realização dos trabalhos relativos às temáticas aqui tratadas, pretende-se utilizar os seguintes parâmetros/fontes consideradas:

- a) Créditos de valores originais, precedidos de correção monetária;
- b) No caso dos estoques, serão considerados os valores de aquisição, sendo as saídas avaliadas pelo custo médio ponderado, conforme preceitos estabelecidos na Lei de Nº. 4320/64 em concordância com o item 16, da NBC T 16.10;
- c) Em relação ao imobilizado/intangível, na ocasião da avaliação e mensuração serão aplicadas as determinações contidas no item 24 da NBC T 16.10; considerando assim na ocasião de avaliação dos bens o valor de aquisição;
- d) No que concerne à avaliação e mensuração do imobilizado, esta UJ aplica as determinações contidas no item 24 da NBC T 16.10, conforme segue: “O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção”.

Não é possível realizar a aferição do impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, uma vez que a implementação dos dispositivos citados ainda não foi completamente efetivada.



## Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

### 111.2.2 Declaração com Ressalva

**Artigo I. Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p style="margin-left: 20px;">a) a ausência do registro mensal da Depreciação de Bens, assim como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, destinados a subsidiar o registro da conformidade contábil, caso em que compromete a situação patrimonial da unidade.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>31/3/2014</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Núcia Ferreira da Silva</b>	<b>CRC n.º</b>	<b>DF 010702/O-6</b>

### 112 Outras informações sobre a gestão

Em 2013, vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica – nenhuma das quais envolveu transferência ou repasse de recursos:

#### Quadro II – Parcerias de cooperação técnico-científica

N.º. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	VIGÊNCIA
Convênio nº2008/0011 Processo: 23080.002108/2008-55	Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC-	Oferta de estágio no INES aos alunos matriculados na Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade à distância.	01/09/2015

Convênio nº 001/2011 Processo: 23121.000044/2011-20	Instituto Nossa Senhora de Lourdes -INOSEL-	Oferta de estágio no Instituto Nossa Senhora de Lourdes aos alunos matriculados no INES.	04/10/2015
*	Fundação Municipal de Educação -FME-	Oferta de estágio nas escolas públicas municipais de Niterói aos alunos matriculados no INES.	Aguardando publicação no Diário Oficial
Convênio nº002/2011 Processo: 23121.000683/2011-95	Universidade Veiga de Almeida -UVA-	Estágio nas áreas de Nutrição, Pedagogia Licenciatura, Fonoaudiologia, Administração, Ciências Biológicas Licenciatura, História Licenciatura, Letras Português/Inglês, Letras Português/Literatura, Psicologia e Serviço Social.	12/09/2013
Convênio nº 003/2011 Processo: 23121.000684/2011-30	Faculdade CCAA	Estágio nas áreas de Administração, Letras Português/Inglês, Letras Português/Literatura, Letras Português/Espanhol.	12/09/2013
Convênio nº 004/2011	UFRJ	Acordo de Cooperação Técnica: Colaboração mútua, em áreas técnico-científicas e intercâmbio cultural entre o INES e as unidades de ensino, pesquisa e extensão da UFRJ.	18/11/2013
Convênio nº 843/2012	UFF	Estágio nas áreas de Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática.	25/04/2017
Convênio nº20/2012 Processo: 23102.001846/2012-66	UNIRIO	Estágio nas áreas de Biblioteconomia, Nutrição, licenciatura em Letras, Letras, licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, licenciatura em Ciências Biológicas e licenciatura em Matemática.	30/04/2017
*	UERJ	Psicologia, Administração, Nutrição, Letras (Português/Inglês), História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Educação Física e Matemática.	A definir.

Convênio nº 16/2012	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro -SMERJ-	Oferta de estágio não remunerado/ obrigatório, nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos de graduação do INES.	24/04/2014
Convênio nº002/2012 Processo 23121.000301/2012-12	UNIABEU	Estágios nas áreas de Serviço Social, Psicologia, História, Letras, Matemática, Pedagogia.	07/08/2014
Convênio nº 29/2012	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro- SMERJ-	Oferta de estágio REMUNERADO nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro aos alunos matriculados nos INES.	18/05/2014
Não formalizado	Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu-RJ	A Secretaria oferece a possibilidade de estágio curricular obrigatório para alunos de graduação do INES, mediante Termo de Compromisso firmado e Carta de Apresentação emitida pelo INES.	Indefinida
Convênio nº001/2012 Processo: 23079.023018/2012-42	UFRJ	Estágio nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia Administração e Química.	04/05/2017
Convênio nº47/2012 Processo E03/4923/2012	SEERJ	Estágio para alunos de graduação do INES, na área de Gestão.	31/10/2017
Termo de Convênio de Cooperação nº 003/1038/2012, Processo 147.717/2012-TJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	14/11/2017
Cadastro efetuado em 8 de fevereiro de 2011	Tribunal Regional Federal	Viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.	Indefinida

junto ao Ministério Público Federal	- RJ		
-------------------------------------	------	--	--

### III – RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com base no PDI INES 2012-2016 e nos resultados alcançados até o presente, projetamos o seguinte Plano de Ação para o Biênio 2014-2015:

#### Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e culturais relacionadas à surdez no Brasil;	* Construir o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parcerias;
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em perspectiva bilíngüe (LIBRAS e Português);	* Constituir, no INES, uma Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas e legislação;
III – Subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais no âmbito de sua competência na área da surdez;	* Participar e obter aprovação de propostas relacionadas à educação bilíngüe para surdos na Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da LIBRAS.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Realizar anualmente, até 2015, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.
V – Promover e apoiar políticas e ações que viabilizem o letramento, em Língua Portuguesa, de alunos surdos;	* Criar um Grupo de Estudo dedicado ao tema da aquisição da língua portuguesa pelo aluno surdo;
VI – Fortalecer a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez	* Instituir um Comitê de Ética em Pesquisa e publicar a nova política de pesquisa do Instituto.
VII – Definir uma agenda de relações	* Mapear instituições locais, nacionais e internacionais com as quais o

institucionais.	INES mantém ou poderá criar intercâmbio e colaboração, bem como temas estratégicos para tais laços.
-----------------	---

### Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
VIII- Promover a formação inicial, a qualificação e a educação continuada em perspectiva bilíngüe, para surdos e não-surdos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngüe de Graduação em Pedagogia;</li> <li>* Realizar Concurso Público para Magistério Superior;</li> <li>* Ampliar o quadro de Intérpretes;</li> <li>* Realizar Concurso Público para Técnico Administrativo;</li> <li>* Implementar o Curso de Pedagogia Bilíngüe para polos em todo o Brasil nas modalidades semipresencial e a distância no Programa <i>Viver sem Limite</i>;</li> <li>* Manter oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construir, a partir de 2014, curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado);</li> <li>* Ampliar o espaço para atividades letivas do Ensino Superior;</li> <li>* Construir uma política de acompanhamento de egressos;</li> <li>* Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica.</li> </ul>
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão;	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Criar Coordenação de Pesquisa e de Extensão;</li> </ul>
X – Desenvolver a extensão aberta à participação da população.	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ampliar o leque de cursos livres de extensão ofertados à comunidade.</li> </ul>

### Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XI - Promover a escolarização básica de	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ampliar a prontidão docente para educação bilíngüe, fortalecendo</li> </ul>

alunos surdos;	<p>competências em LIBRAS;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>* Criar um espaço de convivência em LIBRAS;</li><li>* Realizar Concurso Público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;</li><li>* Definir abordagem sobre aquisição de Línguas Estrangeiras escritas (Espanhol, Inglês);</li><li>* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica;</li><li>* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos;</li><li>* Implementar a participação de alunos surdos e surdos da comunidade no Pronatec / Viver sem Limite;</li><li>* Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);</li><li>* Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica;</li><li>* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil;</li><li>* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES;</li><li>* Desenvolver com alunos projetos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação;</li><li>* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).</li></ul>
----------------	--

## Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento;</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico de saúde auditiva;</li><li>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados à surdez e à prevenção;</li><li>* Criar equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o diagnóstico da surdez;</li><li>* Promover reforma e nas edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia;</li><li>* Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil;</li><li>* Definir política de avaliação dos bebês, incluindo protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários;</li><li>* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem Curso de LIBRAS;</li><li>* Institucionalizar atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde;</li><li>* Criar banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez;</li><li>* Reorganizar fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se prontuário eletrônico único com acesso livre pelos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico e restrito por outros segmentos.</li><li>* Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa</li></ul>

	<p>à ocorrência de diagnóstico de surdez;</p> <p>* Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social;</p> <p>* Disseminar o conhecimento na área da surdez;</p> <p>* Formular Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em <i>Saúde, Surdez e Educação</i>;</p> <p>* Estabelecer convênios relacionados a aparelho auditivo e implante coclear;</p> <p>* Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos;</p> <p>* Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia.</p>
XIII - Desenvolver programas de reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou condutas típicas;	* Institucionalizar a ação de reabilitação, definindo diretrizes, ampliando e qualificando recursos humanos, adequando instalações, disponibilizando recursos materiais e tecnológicos e estabelecendo parcerias.

### Gestão do Conhecimento

<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Plano de Ação</b>
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;	<p>* Aprovar e implementar Política Editorial e Política de Acervo;</p> <p>* Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas;</p> <p>* Elaborar glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio à participação de pessoas surdas nos cursos do Pronatec / Viver sem Limite;</p>



	<p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
<p>XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;</p>	<p>* Efetivar sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.</p>
<p>XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;</p>	<p>* Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</p> <p>* Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos;</p> <p>* Criar, até 2014, sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica;</p> <p>* Ampliar parcerias com Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez para desenvolvimento das políticas;</p>
<p>XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;</p>	<p>* Construir documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>;</p> <p>* Obter acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes, para disponibilizar a alunos, professores, servidores e pesquisadores o amplo e sempre atualizado acesso à literatura acadêmica;</p> <p>* Elaborar em 2012 um Termo de Referência relativo à restauração de itens do acervo de obras e documentos raros, bem como à apresentação e acompanhamento da implementação de diretrizes de conservação desse</p>

	<p>segmento do acervo, efetivando a licitação e as correspondentes ações até 2013;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Elaborar um Termo de Referência para a construção de edifício próprio da Biblioteca Especializada Monsenhor Vicente Penido Burnier do INES;</li> <li>* Construir e disponibilizar a página do citado Centro na internet, observando-se as normas de acessibilidade;</li> <li>* Construir e implantar uma Biblioteca Digital do INES na internet;</li> <li>* Constituir outros repositórios digitais INES na internet: materiais produzidos pelo INES; trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes da Educação Superior do INES;</li> <li>* Criar Espaço de Memória da Surdez e da Educação de Surdos no Brasil, visando preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico relacionado ao INES e contribuir para a preservação da memória da área da surdez no Brasil;</li> <li>* Ampliar o quadro de profissionais: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;</li> <li>* Constituir uma Comissão Permanente de Seleção e Aquisição de Acervo;</li> <li>* Implementar o controle de ingresso de usuários.</li> </ul>
<p>XVIII - Promover ação comunicativa sobre as potencialidades das pessoas surdas, visando à sua inclusão social e cidadania;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Realizar, em articulação com a Comunicação Social do MEC, uma campanha sobre os surdos, com spots televisivos e cartazes para todo o Brasil.</li> <li>* Ampliar o alcance da TV INES, inclusive por meio de parcerias com os centros de referência estaduais na área da surdez (CAS) nos Estados brasileiros.</li> </ul>
<p>XIX – Ampliar a difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da LIBRAS, por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Ampliar a utilização do Estúdio do INES na elaboração de materiais em LIBRAS.</li> </ul>

## Gestão Institucional

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
<p>XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Implementar o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES e seu Programa de Apoio;</li> <li>* Mapear competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto;</li> <li>* Diagnosticar o perfil de formação e qualificação da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências;</li> <li>* Propiciar a difusão de conhecimentos relativos à construção de projetos de pesquisa, à Política de Pesquisa da Instituição e aos Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes;</li> <li>* Propiciar a difusão de conhecimentos relativos ao planejamento e gestão de cursos e aulas, incluindo especificações de materiais;</li> <li>* Promover palestras e oficinas de planejamento e gestão relativas às ações dos diferentes setores do INES;=</li> </ul>
<p>XXI – Promover a Gestão da Sustentabilidade Ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</li> <li>* Construir documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</li> <li>* Fazer levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES;</li> <li>* Realizar ações de preservação da Mata, e de educação ambiental com alunos e comunidade.</li> </ul>
<p>XXII – Estruturar, no INES, a área de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Realizar Concurso Público para provimento de vagas relacionadas à</li> </ul>

<p>Gestão da Tecnologia da Informação.</p>	<p>área;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Promover mapeamento da TI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010;</li> <li>* Realizar mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</li> <li>* Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;</li> <li>* Elaborar novo Portal INES na internet, observando critérios de acessibilidade.</li> </ul>
<p>XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Construir, de modo participativo, um código de ética do servidor do INES;</li> <li>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</li> <li>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</li> <li>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva: <ul style="list-style-type: none"> <li>- do bom atendimento ao cidadão;</li> <li>- da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor;</li> <li>- da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores;</li> <li>- da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.</li> </ul> </li> </ul>

Rio de Janeiro, 31 de março de 2014.

**SOLANGE MARIA DA ROCHA**

**Diretora Geral do INES**

## ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA GESTÃO

### Quadro III: Atendimento à comunidade em saúde auditiva em 2013

Turno	Meses	Atendimento INES	Atendimento à Comunidade	Bebê	Criança	Adulto	Procedimentos Realizados	Triagem	Diagnóstico	Clínico	AASI	Trabalho	Passo	Permanência na Escola	Benefício
MANHÃ	Janeiro	2	73	35	11	29	168	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fevereiro	0	19	17	2	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0
	Março	12	86	58	16	24	178	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abril	49	211	97	76	87	602	97	67	22	2	43	20	8	0
	Maiο	31	146	73	52	52	427	71	38	17	2	21	28	14	2
	Junho	32	216	73	92	83	586	68	58	45	3	33	41	14	2
	Julho	17	172	93	68	28	434	90	42	27	0	7	14	4	1
	Agosto	18	260	125	92	61	638	103	60	64	3	21	19	7	1
	Setembro	36	176	78	62	72	516	69	40	31	1	21	11	33	0
	Outubro	50	147	64	48	85	409	61	37	21	1	21	29	26	2
	Novembro	12	185	90	46	61	455	83	35	26	0	18	24	8	0
	Dezembro	8	112	40	23	57	165	40	22	37	0	13	7	3	0
	<b>Subtotal</b>	<b>267</b>	<b>1.803</b>	<b>843</b>	<b>588</b>	<b>639</b>	<b>4.616</b>	<b>682</b>	<b>399</b>	<b>290</b>	<b>12</b>	<b>198</b>	<b>193</b>	<b>117</b>	<b>8</b>
TARDE	Janeiro	0	61	11	21	29	128	0	0	0	0	0	0	0	0
	Fevereiro	3	26	19	3	7	51	0	0	0	0	0	0	0	0
	Março	4	86	41	14	35	153	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abril	56	204	63	61	136	505	64	39	41	1	57	59	3	0
	Maiο	26	137	58	45	60	369	47	50	16	1	14	23	7	0
	Junho	56	204	82	52	126	520	81	26	61	1	85	22	8	2
	Julho	9	155	73	47	44	330	67	26	39	4	18	9	5	1
	Agosto	27	218	103	69	73	518	98	53	43	0	65	22	2	0
	Setembro	59	177	71	55	110	460	64	45	39	1	29	13	38	0
	Outubro	37	191	89	43	96	394	82	29	36	2	48	15	18	0
	Novembro	20	136	45	40	71	303	64	22	20	1	47	13	8	0
	Dezembro	17	108	52	29	44	185	52	19	25	1	26	8	6	0
	<b>Subtotal</b>	<b>314</b>	<b>1.703</b>	<b>707</b>	<b>479</b>	<b>831</b>	<b>3.916</b>	<b>619</b>	<b>309</b>	<b>320</b>	<b>12</b>	<b>389</b>	<b>184</b>	<b>95</b>	<b>3</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>581</b>	<b>3.506</b>	<b>1.550</b>	<b>1.067</b>	<b>1.470</b>	<b>8.532</b>	<b>1301</b>	<b>708</b>	<b>610</b>	<b>24</b>	<b>587</b>	<b>377</b>	<b>212</b>	<b>11</b>

Fonte: DIAU/INES

**Quadro IV: Capacitação de profissionais para a educação bilíngue de surdos em 2013**

<b>Tipo de evento</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Unidade Federada atendida</b>	<b>Profissionais capacitados</b>
<b>Programa de Prática Profissional – PROPP</b>	1	Rio de Janeiro	16
<b>Assessoria Técnica</b>	27	Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.	1.360
<b>Fórum Educação, Linguagem e Surdez</b>	8	Rio de Janeiro	540
<b>Congresso Internacional e Seminário Nacional do INES</b>	1	Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.	1000
<b>II Encontro dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS</b>	1	Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba.	54
<b>Curso de Libras presencial</b>	1	Rio de Janeiro	337
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>		<b>3.297</b>

Fonte: DICTE, DIESP e DFCRH/INES

**Quadro V: Distribuição de materiais de apoio aos sistemas de ensino na educação de surdos em 2013**

Perfil do solicitante	Unidade Federada atendida	Tipo e número de itens distribuídos	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolas e Colégios municipais e estaduais</li> <li>• CAS</li> <li>• Universidades públicas</li> <li>• Bibliotecas públicas</li> <li>• ONGs</li> <li>• Igrejas e Instituições religiosas</li> <li>• Associações particulares</li> <li>• Instituições de ensino particulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acre</li> <li>• Alagoas</li> <li>• Amapá</li> <li>• Amazonas</li> <li>• Bahia</li> <li>• Ceará</li> <li>• Espírito Santo</li> <li>• Goiás</li> <li>• Maranhão</li> <li>• Mato Grosso do Sul</li> <li>• Mato Grosso</li> <li>• Mato Grosso do Sul</li> <li>• Minas Gerais</li> <li>• Pará</li> <li>• Paraíba</li> <li>• Paraná</li> <li>• Pernambuco</li> <li>• Piauí</li> <li>• Rio de Janeiro</li> <li>• Rio Grande do Norte</li> <li>• Rio Grande do Sul</li> <li>• Rondônia</li> <li>• Roraima</li> <li>• Santa Catarina</li> <li>• São Paulo</li> <li>• Sergipe</li> <li>• Tocantins.</li> </ul>	Publicações	8.340
		CDs	4.626
		DVDs	6.940
<b>TOTAL</b>			<b>19.906</b>

Fonte: DIESP/INES

## Quadro VI: Visualizações da TV INES de abril a dezembro 2013



**acerp**  
ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

A TV INES alcança mais de 100 mil acessos em seu Portal desde a sua estréia.

Número Acessos streaming e Vod (TV INES - período de Abril até Dezembro de 2013)

# 116.731 visualizações

Quantidade de horas consumidas na programação linear, de 8h às 20h.

Mês	Tráfego Live (GB)	Horas
Abril	25,60	198,84
Maio	178,55	1.386,84
Junho	75,15	583,72
Julho	141,15	1.096,35
Agosto	139,22	1.081,35
Setembro	83,01	644,77
Outubro	8,59	66,68
Novembro	3,42	26,54
Dezembro	223,77	1.738,07
Total	934,61	7.259,36
Média	103,85	806,60

Fonte: ACERP/INES



## Quadro VII: Vídeos mais vistos da TV INES de abril a dezembro de 2013



Ranking VOD - 15 vídeos mais vistos no período (24 de Abril a 23 de Outubro)

Tecnologia em LIBRAS - Casa de Surdo	5.748
Gramática de LIBRAS I	5.529
Aula de LIBRAS - Família	5.295
Curso Básico de LIBRAS 1	4.847
Aula de LIBRAS - Dias da semana	4.749
Piadas em LIBRAS - Branca de Neve e os 8 anões	4.440
Implante Coclear	4.315
Piadas em LIBRAS - Madeira	3.591
Aula de Libras - Educação Familiar	3.291
Curso Basico de LIBRAS 2	2.432
Tecnologia em LIBRAS - Tablet 1	2.336
Aula de Libras - ABC	2.184
Aula de LIBRAS - Parâmetros	1.694
Aula de LIBRAS - Educação Escolar	1.446
Chico Buarque - Tanto Mar	1.372

Fonte: ACERP/INES

## Quadro VIII: Repercussão da TV INES em redes sociais



Mais de 4 mil curtidas no Facebook

Somente numa semana de outubro de 2013, o Facebook da TV INES foi visualizado por mais de 213 mil pessoas espalhadas por todo o Brasil e por outros 43 países.

No Brasil, 304 mil pessoas alcançadas em um mês.



Dados relativos à semana de 15 a 21 de outubro



Fonte: ACERP/INES

**Quadro IX – Exame Nacional Prolibras: inscritos por região**

REGIÃO	INSCRIÇÕES	%
NORTE	558	7,8
NORDESTE	1.447	20,3
SUDESTE	2.975	41,8
SUL	1.173	16,5
CENTRO-OESTE	967	13,6
<b>TOTAL</b>	<b>7.120</b>	<b>100,0</b>

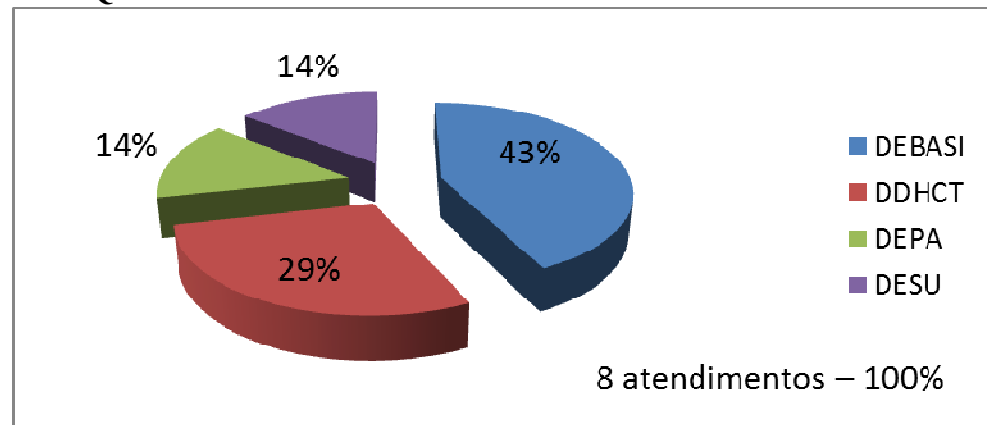
Fonte: Coperve/UFSC; Elaboração: INES/GT Prolibras.

**Quadro X – Exame Nacional Prolibras: índice de aprovação por habilitação e região**

Região/município	Habilitação para ensino de Libras – inscritos	Habilitação para ensino de libras – presentes	Habilitados para Ensino de Libras	Percentual de habilitados no Exame	Habilitação para Tradução e Interpretação de Libras - inscritos	Habilitação para Tradução e Interpretação de Libras - presentes	Habilitação para tradução e interpretação de Libras	%	Percentual de habilitados no Exame
NORTE	356	243	17	5,7	202	149	16	4,0	4,7
NORDESTE	843	601	60	20,3	604	437	60	14,9	17,2
SUDESTE	1.377	957	132	44,6	1.598	1.102	197	48,8	46,9
SUL	438	342	54	18,2	735	529	79	19,6	19,0
CENTRO-OESTE	387	284	33	11,1	580	410	52	12,9	12,2
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>3.401</b>	<b>2.427</b>	<b>296</b>	<b>100,0</b>	<b>3.719</b>	<b>2.627</b>	<b>404</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Coperve/UFSC; Elaboração: INES/GT Prolibras

**Quadro XI – Atendimentos da Ouvidoria Institucional em 2013**



**Quadro XII – Atendimentos do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) em 2013**

